

quilômetros – no caso de existirem rios, córregos e matas nas imediações, bem como parentes assentados nas proximidades, com os quais se compor equipes para execução das atividades ou se estabelecerem circuitos de troca, internamente aos espaços de abrangência e de jurisdição de uma comunidade política local –, até várias dezenas de quilômetros – quando o *jeheka* se orienta para mais longe das residências, em locais de pesca e de caça mais especializados, e, outrora, também para jazidas de sílex (para a confecção de instrumentos líticos) e de argila (para a produção cerâmica), mas também, nos dias atuais, para as cidades, fazendas e usinas de álcool (v. Mura, 2006 e Barbosa da Silva, 2007). Com exceção para este último caso, em que a produção da cana pode ser localizada em lugares muito distantes (centenas de quilômetros das residências indígenas), as outras atividades se dão quase que exclusivamente no interior do *tekoha guasu* (território mais amplo) a que as pessoas fazem referência, sendo também acionada, para tal propósito, a ampla rede de parentes existente neste vasto espaço, a qual permite a criação de bases para o desenvolvimento de práticas mais especializadas de *jeheka*.

3.1 Construções de residências e atividades domésticas

Entre os Kaiowa, o grupo doméstico é uma unidade de produção, organização e consumo de bens materiais e simbólicos, que vincula os membros de uma família extensa de três gerações. É composto por um agregado de três ou quatro unidades residenciais, sendo uma delas a dos líderes da família (*tamõi* e *jari*), juntamente com os filhos não casados, e as demais, aquelas dos filhos ou filhas já casados, com ou sem prole. Cada unidade residencial é construída em um pátio circular, de terra batida (chamado *oka* – leia-se “oká”), de um diâmetro que varia entre os vinte e os sessenta metros. Os pátios das residências todos ficam conectados entre si, através de uma rede de trilhas (chamadas *tape po’i*). Esta rede se estende também aos locais de cultivo (*kokue*), além das matas, dos campos e dos córregos e nascentes das redondezas, formando assim o espaço de jurisdição deste determinado grupo doméstico. De acordo com o espaço à disposição, bem como da localização dos lugares onde buscar água, lavar roupa e plantar, as distâncias entre as unidades residenciais podem variar muito, podendo ir de poucas dezenas de metros, a várias centenas, sendo esta última opção a preferida das pessoas, por constituir uma situação favorável em termos de espaço.

O lugar da residência das pessoas onde a maior parte das atividades é desenvolvida é o pátio (*oka*). Como bem observa Mura (2000, 2006), o *oka* é o espaço social, técnico e econômico mais significativo das unidades habitacionais. É nele que, por exemplo, são construídos objetos e

instrumentos, onde se dá o consumo dos alimentos, o recebimento de parentes e outros visitantes, e o consumo compartilhado de *terere* (erva mate em infusão fria), extremamente relevante nos momentos de socialização. No *oka* também são encontradas árvores, que tanto dão sombra quanto fornecem frutas ao longo de todo o ano, como laranja, tangerina, manga, etc. Nas margens deste espaço são cultivados cana-de-açúcar, abacaxi, banana, feijão de corda (*kumanda puku*), amendoim (*manduvi*), plantas medicinais (*pohã ñana*) e urucum (*yruku*), uma vez que o conteúdo deste fruto é muito importante para as pinturas corporais e dos instrumentos durante as atividades rituais. Por fim, no *oka* são criados animais, tanto de estimação quanto com objetivo alimentar, como se verá mais adiante.

A unidade residencial é também composta por espaços fechados (os *koty*), destinados a oferecer abrigo de intempéries para pessoas, animais e objetos. Estes espaços fechados, em sua totalidade, constituem a casa (*óy*), que deve desempenhar três funções básicas: dormitório, cozinha e depósito. Numa análise acurada sobre este tópico, Mura (2000) observa que quando se forma um casal, geralmente é feita uma construção dividida em dois ambientes, o primeiro, de caráter mais íntimo, sendo destinado a servir de dormitório, e o segundo, para depósito e para fins culinários. Este último ambiente, onde está presente o fogo doméstico, se constitui em lugar de socialização durante os dias de chuva e ao amanhecer, formando-se rodas de consumo de chimarrão entre os membros da residência e seus eventuais hóspedes e/ou visitas.

A dinâmica de construção das habitações tem relevância aqui na medida em que demanda de seus donos a definição de estratégias para a seleção dos materiais e principalmente dos lugares onde coletá-los e/ou adquiri-los. Embora atualmente nas reservas mais povoadas e ecologicamente degradadas, comecem a ser feitas residências em alvenaria – isto também devido às vezes a programas habitacionais de governos –, ainda é muito comum e apreciada a construção em madeira, coberta com fibras vegetais, como o sapé ou folhas de diferentes palmeiras, devido a suas características térmicas⁴⁰. Estas construções são feitas pelos próprios futuros moradores, reproduzindo técnicas e saberes que são transmitidos e aperfeiçoados no seio das famílias extensas.

O raio de ação para obtenção dos materiais para construção de residências pode variar muito, devido à distância existente entre o pátio e as matas e campos naturais. Dadas as condições ecológicas atuais, é bastante difícil a obtenção de sapé, que cresce em campos naturais, lugares

⁴⁰ Com efeito, como as próprias pessoas notam, diferentemente das habitações de alvenaria, que são geralmente cobertas com telhas de fibra de cimento, muito quentes e abafadas, as construções de madeira e fibras vegetais têm a vantagem de serem ventiladas e bem mais frescas.

estes cada vez mais raros e também mais sujeitos a se incendiarem durante o período da seca. Deste modo, o construtor geralmente terá que percorrer até dezenas de quilômetros para conseguir esta fibra vegetal. Já em relação a outros materiais, deve ser considerado o fato de que as estruturas das residências são feitas através de princípios de atadura, de trança e costura (esta última, no caso do telhado em sapé), raramente sendo utilizados pregos – v. Mura, 2000. Neste sentido, faz-se necessária a obtenção de outras fibras (*caraguata* e *mbeguepi*) para tais fins, ou, dado seu cada vez maior rareamento, hoje encontramos a utilização de arames e de barbantes como auxiliares ou substitutos dessas fibras. Contudo, muito embora estes materiais sejam encontrados a um custo relativamente pequeno no comércio local, seu uso ainda é bastante baixo, sendo privilegiadas as fibras vegetais, que, portanto, demandam a sua busca no território.

3. 2 Agricultura

Retomemos por um instante a citação de 1620, do jesuíta anônimo, já apresentada na primeira parte deste estudo. Ali, é dito o seguinte sobre os “monteses” – ou seja, aqueles que são do “monte” (que em espanhol significa “mato”):

Sus poblaciones antes de reducirse son pequenas porque **como siempre siembran en montes** quieren estar pocos porque no se les acaben y tambien por tener sus pescaderos y caçaderos acomodados. (MCA, Vol. I, 1951, p. 167).

Ora, tanto por relatos coloniais quanto por evidências arqueológicas, boa parte da literatura ressalta o fato de os Guaraní serem povos agricultores – ver, por exemplo, Melià et al., 1976; Susnik, 1982; Noelli, 1993; Thomaz de Almeida, 2001. Indubitavelmente, mesmo hoje a agricultura é a atividade de produção de alimentos mais valorizada entre os Kaiowa, de modo que sua importância não se reduz a aspectos econômicos, mas abrange uma dimensão simbólica e ritual extremamente significativa. De fato, como argumentam Melià e os Grünberg,

Puesto que labrar su propia tierra no es considerado trabajo, sino más bien cumplimiento del deber religioso y social (teko, ndaha'ëi tembiapo), la agricultura está muy vinculada a su ideología. Especialmente el avati morotĩ (avati tavyterã, avati jakaira, avati puku, avati mitã) es cultivo genuino y sagrado de los Paĩ, es como criatura (mitãixa). Se preparan sus rosados aparte, en la mejor tierra y nunca se mezclan sus semillas con otras variedades de maíz (Melià et al., 1976, p. 208).

Já Mura, por seu turno, descreve claramente como esta prática é desenvolvida entre estes indígenas:

Os Kaiowa, quando escolhem o lugar para construir suas residências, tomam em consideração a presença de água nas proximidades e a fertilidade do solo, este tendo que ser apto para a constituição de cultivares. Em situações favoráveis, cada família conjugal terá ao redor de sua residência mais de 10 ha de terra disponíveis para o cultivo de plantas alimentares, mas explorará tão somente uma pequena porção desta superfície, as roças não superando geralmente os 3 ha. A subutilização desse espaço não é devido à falta de condições materiais para trabalhá-lo, mas às características das técnicas de corte/queima adotadas pelos indígenas, que exigem uma periódica rotação dos lugares cultivados, de modo que o solo possa descansar, recuperando nutrientes. A área maior de jurisdição de cada residência serve justamente a este escopo.

Nos lugares em que fazem suas roças, os Kaiowa não formam monoculturas, consorciando vários tipos de plantas alimentares, como milho, mandioca, arroz, feijão, batata doce, cará, abóbora, cana-de-açúcar, banana e outras mais; plantam também urucum (usado como tintura) e tabaco (principalmente para mascar). Embora todas estas plantas façam parte da dieta dos índios, sem dúvida as mais importantes são a mandioca e o milho. A mandioca é cultivada durante todo o ano, constituindo-se em alimento que fornece carboidratos cotidianamente. As diversas variedades de milho ocupam um lugar particular. O *avati moroti* (milho branco), de modo especial, é importante nas relações cosmológicas, estando na base da cerimônia anual do *avatikyry* (o batismo do milho e das plantas novas), que ocorre entre fevereiro e março.

A derrubada das árvores, as queimadas e a preparação do solo para o plantio são tarefas eminentemente masculinas. Às mulheres cabe a semeadura, através do uso de bastão cavador, enquanto que a utilização de máquinas manuais para esta finalidade pode ser feita por ambos os sexos. A limpeza dos cultivares, para livrá-los das plantas daninhas, é feita pelas mulheres. A colheita, antigamente exclusivamente feminina, hoje pode ser realizada também pelos homens. Por sua vez, a colheita especificamente da mandioca é atividade prevalentemente masculina.

Os cuidados para com as roças de cada unidade habitacional são mantidos pelos membros desta. Existem momentos, porém, em que as tarefas exigem maiores esforços, requerendo-se a presença de um número maior de braços. Estes (momentos) são, por um lado, constituídos pela fase da derrubada e preparação do solo, e, por outro, pela colheita. Nessas ocasiões pode se envolver no trabalho o *te'yi* como um todo e, se a safra é abundante, mesmo aliados políticos desta unidade doméstica. É esta a prática do *puchirõ* (mutirão), onde, por um dia, há a convocação para o trabalho em troca de alimentação e "farra" com *kaguî* (como visto, bebida fermentada de alguns vegetais) e/ou cachaça, fornecida pelo promotor do evento. No caso de o evento ser ligado especificamente à colheita do milho branco (além de outras plantas novas), as atividades confluirão no já citado ritual do *avatikyry*, com a convocação de um xamã especializado para tal tarefa. O *puchirõ* não se limita às atividades que dizem respeito aos interesses de uma unidade residencial. Em determinadas situações, o líder da unidade doméstica pode convocar seus parentes para o plantio ou colheita de uma grande roça ou para outra atividade produtiva. (Mura, 2006, pp. 399-402).

Em relação às práticas descritas, estas continuam sendo realizadas atualmente, sendo que sua eventual ausência deve-se sobretudo a condições ecológicas precárias, bem como a restrições territoriais – motivo este para muitos conflitos, quando animais de uma determinada família adentram os cultivos de um vizinho, assim lhe causando danos e prejuízos. Tal importância da agricultura é percebida mesmo nas reservas superpovoadas, onde, embora bastante cerceada, ela

segue sendo praticada, conforme se pôde constatar em todas as áreas visitadas pelos integrantes deste Grupo Técnico, ou seja, Amambai, Limão Verde, Sassoró e Takuapery (todas sendo áreas reservadas ainda pelo SPI), além da T.I. Jaguapiré (identificada e demarcada entre a segunda metade da década de 1980 e os inícios da de 1990).

Quanto ao cultivo do milho, ele é hoje realizado nas terras em domínio das famílias, mas sua produção é geralmente limitada, não sendo, portanto, destinada a satisfazer plenamente suas necessidades dietéticas. Contudo, especialmente no caso do milho branco (*avaty moroti*), em decorrência também de sua raridade e escassez, o seu cultivo parece ter adquirido maior importância simbólica em relação ao passado, sendo hoje associado quase que exclusivamente a necessidades rituais – e, conseqüentemente, relacionado a atividades xamanísticas⁴¹.

No concernente já à prática da coivara e do consórcio das plantas nos cultivares (práticas estas historicamente características da forma de cultivo dos Guarani), mesmo em situações as mais adversas ecologicamente, as pessoas continuam aplicando estas técnicas. Não é por outro motivo que colocam fogo nas pastagens (de braquiária e colonião, resultado da presença não indígena nos espaços que foram recuperados), que em várias terras são dominantes como vegetação, para então plantar sobre suas cinzas.

Quando disponível, o uso do trator pelas pessoas é destinado a preparar sempre pequenas frações de terra, que irão responder ao consumo dos destinatários imediatos dessas roças: os integrantes de cada família conjugal. Roças de maior porte (*kokue guasu*) são feitas apenas em casos especiais, mas não superam, porém, os sete ou oito hectares de superfície. Sua preparação é devida a momentos de dificuldade de um grupo doméstico como um todo (sendo exigida a cooperação de todos seus membros), ou em decorrência de uma grande iniciativa da família extensa, como a preparação de um ritual de grandes dimensões (v. Thomaz de Almeida, 2001; Mura, 2006).

3.3 Criação de animais

Os Guarani em geral, bem como todos os indígenas das terras baixas de América do Sul, não tinham desenvolvida a criação de animais para fins alimentares. Quando estes existiam no pátio das residências, isto se devia a terem sido capturados filhotes, durante caçadas, sendo, a partir de então, cuidados como animais de estimação (cf. Descola, 2002). Foi a partir do contato

⁴¹ Sobre este assunto, ver também mais adiante, na quinta parte deste relatório.

com os europeus que esses referidos grupos indígenas passaram a domesticar animais para fins de alimentação. No entanto, estes animais foram aqueles que justamente foram trazidos pelos colonizadores. Deste modo, galinhas, patos, perus, gansos e porcos passaram a ser criados pelas famílias, em pequena escala.

Ainda a ser considerada está a criação de bovinos, cuja presença é bastante rara nas terras indígenas, mas não de todo ausente. As poucas pessoas que a isto se dedicam geralmente criam um número reduzido de cabeças, em currais que são improvisados nas margens dos pátios das residências. O intuito é o de as vacas fornecerem leite, o que ocorre até que ou pressões de parentes ou estratégias de troca e comércio levem os donos a transacionar estes animais, ou ainda a abatê-los, para distribuir a carne, por obrigações de reciprocidade, aos parentes, tanto no cotidiano quanto em festas e rituais.

A quantidade e a variedade desses animais depende de diversos fatores, como espaço à disposição, e as condições das famílias para alimentá-los, sendo que dentre os lugares analisados, foi na T.I. Jaguapiré – em comparação com as áreas reservadas ainda pelo SPI e superpopulosas – que se encontrou o maior número de famílias pertencentes aos *tekoha* Mbarakay e Pyelito que apresentavam criação, sendo os porcos mais raros, e mais ainda os bois e as vacas criados.

3.4 Caça, pesca e coleta

Como bem ressaltam Melià e os Grünberg (1976), as atividades de caça e de pesca entre os Guarani não têm apenas uma função técnica e econômica; elas são tidas também como uma forma de esporte. Deste modo, elas são relevantes para os processos de socialização e para a competição (sempre jocosa) entre os indivíduos. Contudo, devemos observar que estas práticas não têm um fim exclusivo em si mesmas, mas vêm a se inscrever em uma estratégia mais ampla de captação de recursos no território – o que, como vimos, é definido como *jeheka*.

A circulação pelo território implica no conhecimento deste, visando constituir um mapeamento dos recursos aí existentes. Desta forma o “andar” (*oguata*) pelo território quase sempre traz consigo uma combinação de atividades, podendo-se caçar, parar para pescar, coletar frutos e mel. Ademais, nos dias de hoje, o *jeheka* se compõe ainda de trabalhos temporários (*changa*), nas fazendas ou nas usinas sucroalcooleiras, bem como de coleta de objetos (como latas e galões de plástico, que serão reutilizados para fins domésticos) nos centros urbanos, de transações de objetos, etc. Uma consideração pormenorizada destas atividades de *jeheka* são

apresentadas por Mura⁴², que coloca em evidência as suas dinâmicas, bem como as modalidades de uso do território. Vejamos sua argumentação:

As roças atraem animais de diferentes espécies e, para capturar alguns deles, os Kaiowa costumam colocar nas proximidades dos cultivos armadilhas que funcionam através da força de gravidade (*monde*), proporcionando um golpe mortal à presa, ou de laço (*ñuhã*), impedindo sua mobilidade. A construção e a manutenção das armadilhas são tarefas masculinas. Elas são inspecionadas diariamente, concomitantemente ao trabalho realizado nas roças. Às vezes são colocadas *monde* de modestas dimensões para a captura de pequenos roedores. Nestes casos, com o auxílio de adultos, são as crianças que se encarregam da construção e manutenção deste meio de caça, sendo também elas as principais beneficiárias das presas capturadas, que são imediatamente consumidas, assadas na brasa do fogo residencial.

Ocupemos-nos agora das atividades desenvolvidas fora do espaço doméstico. Neste amplo espaço territorial pratica-se a caça, a pesca, a coleta, trabalhos remunerados, transações de objetos e alimentos, através de trocas e/ou compra/venda.

Neste espaço, a caça pode ser realizada também com o auxílio das armadilhas anteriormente descritas. Isto ocorre quando a presa pretendida mantém comportamentos arredios, não se aproximando das roças e residências dos índios. Este é o caso, por exemplo, da anta (*mborevi*), animal que costuma circular nas beiras dos cursos fluviais. Nestes casos, são colocadas *ñuhã* (armadilha de laço) quando o caçador – ou diversos deles se alternando – inspeciona o local cotidianamente, algo que implica uma distância raramente superior aos 5 Quilômetros de distância das residências da unidade doméstica, distância esta que permite a ida e o retorno do(s) indivíduo(s) no mesmo dia. Os *monde* podem também ser colocados fora do espaço doméstico, especialmente quando as áreas florestais se encontram distantes da área de jurisdição do *te'yi*, o comportamento do caçador sendo similar ao há pouco descrito.

As atividades de caça mais frequentes neste amplo território são as determinadas através do auxílio de instrumentos portáteis, como as armas de arremesso – arcos, estilingues, espingardas e rifles. Esta é uma tarefa masculina, realizada individualmente ou em grupo (Melià et al. 1976, Susnik 1982, Mura 1997). Dependendo do “animal” que se pretende caçar, podem ser escolhidos lugares distantes das residências, muitas vezes transcendendo-se bastante os limites das terras indígenas, dirigindo-se os índios para fragmentos de matas localizados em fazendas dos arredores. As expedições venatórias podem se estender por mais de um dia, procurando-se acompanhar o comportamento da caça. Nestes casos, como foi possível observar nas áreas de Jaguapire e Pirakua, os índios constroem bases para tocaia em pontos estratégicos, onde freqüentemente pernoitam.

A pesca é uma atividade desenvolvida por todos, mas existem diferenças de sexo e idade de acordo com o tipo desenvolvido. No caso do uso de linhas e anzóis (com ou sem varas) para captura de peixes em córregos ou em rios situados próximos aos espaços domésticos, a tarefa pode ser realizada por indivíduos de ambos os sexos e de diferentes idades. No caso em que se use tarrafa, a atividade é desenvolvida por homens adultos, em pequenos grupos. A prática da pesca através do uso de veneno de timbó é desenvolvida nas águas com baixo nível de oxigenação, como as lagoas formadas pelos desvios estacionais dos cursos fluviais, e é uma atividade coletiva prevalentemente masculina. Capturam-se peixes também através de barragens nos rios, construídos com pedras e galhos, lugares estes que funcionam como armadilhas para onde a presa é atraída, através do uso de ceva geralmente à base de milho torrado. Finalmente, utiliza-se o arco para a pesca em rios com correntezas. A coleta de alimentos é desenvolvida principalmente por mulheres e crianças de ambos os sexos. Hoje esta atividade não se limita às matas e aos campos, mas também

⁴²Para uma descrição das técnicas de caça, pesca e coleta, ver também Melià et al. 1976 e Susnik 1982.

se pratica nos centros urbanos próximos aos assentamentos indígenas. Nas matas e campos são coletados frutos e plantas medicinais.

Nas cidades e nas áreas rurais, este tipo de prática pode estar associada a outras formas de aquisição, como as transações através de troca e/ou compra/venda nos estabelecimentos comerciais (pequenos supermercados e *bolichos*), esta última atividade não sendo mais prerrogativa feminina. A coleta nos centros urbanos exige dos índios, além de um conhecimento detalhado desse ambiente, uma atenta análise do comportamento dos “brancos” com os quais se deve necessariamente interagir, sendo que dessa interação dependerá muitas vezes o nível de sucesso alcançado pelas atividades tecno-econômicas desenvolvidas pelos índios nesse local.

Todos os municípios com terras indígenas em seu interior ou nas proximidades têm seus centros urbanos transformados em alvos privilegiados dos Kaiowa para o aprovisionamento de alimentos e objetos materiais. Há, porém, que se constatar que, dependendo do posicionamento geográfico das cidades, certas atividades de coleta podem se tornar, para certas famílias indígenas, sistemáticas, adquirindo uma curta periodicidade, quando não são cotidianas. (Mura, 2006, pp. 403-8).

Tendo o dito em mente, é fundamental levar em conta a narrativa dos informantes sobre os locais que eram utilizados para o exercício de cada uma dessas atividades produtivas. Com isto, podemos apreender o fato de que antes da perda da posse da terra onde viviam – e mesmo após isto, sob condições mais restritas –, os espaços eram mapeados segundo os recursos existentes e suas possibilidades de uso/exploração. Desse modo, os recursos naturais necessários às atividades produtivas tradicionais desenvolvidas pelos kaiowa encontram-se na área compreendida pelos córregos Mandiy, Ypane e Siriguelo, pelo rio Mbarakay e todos os demais cursos d’água conexos que compõem a bacia rio Hovy [“Jogui”] (por sua vez, integrante da bacia do rio Iguatemi).

Por meio da figura 3 (abaixo) é possível vislumbrar tal quadro.

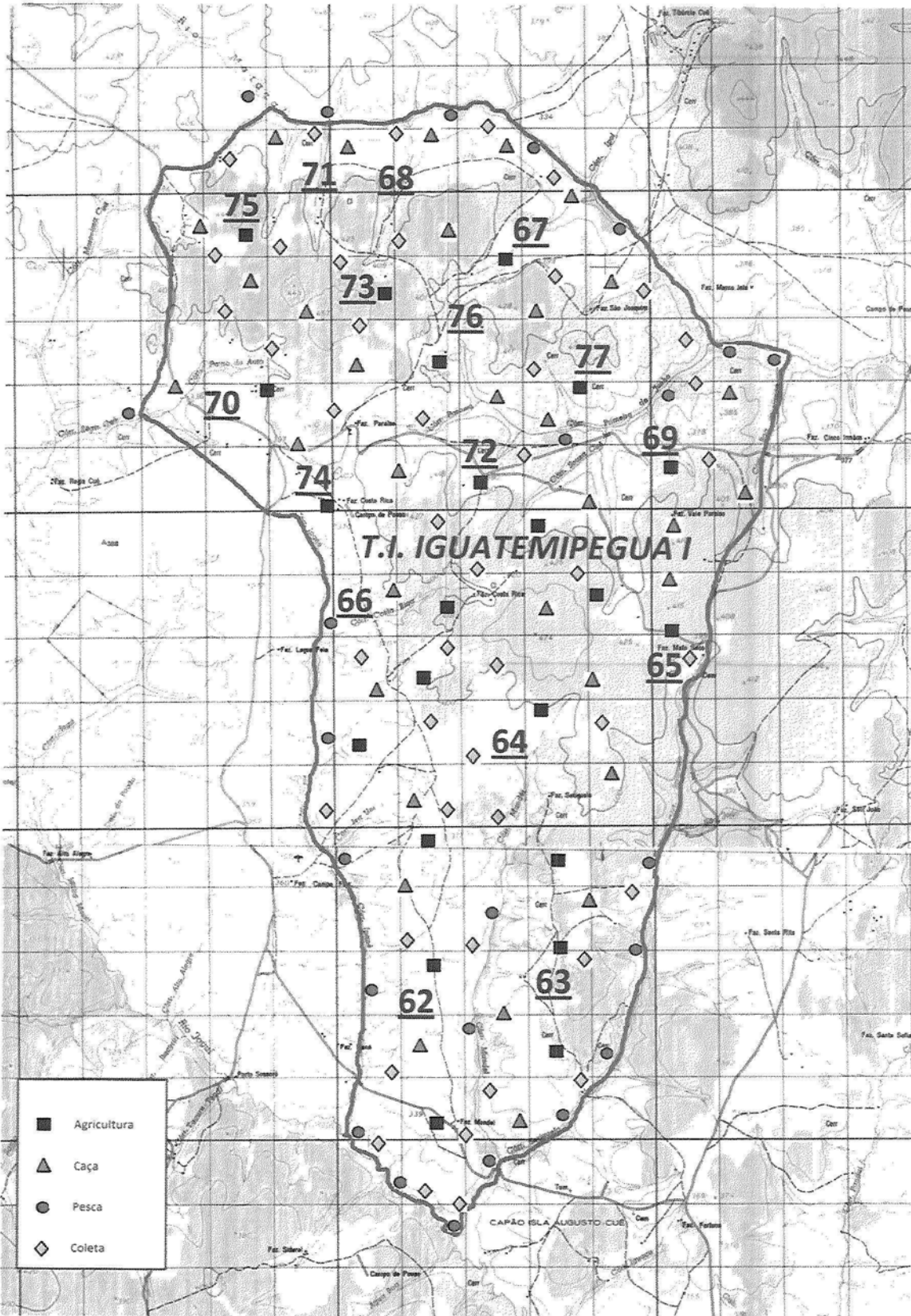


Figura 3 – Croqui com os espaços de desenvolvimento das atividades produtivas na T.I. Iguatemipegua I.

3.5 A *changa* e o trabalho nas usinas sucroalcooleiras

Dentro do quadro geral das atividades praticadas pelos grupos domésticos kaiowa, a *changa* é hoje uma atividade extremamente relevante na composição dos recursos que são amealhados por seus integrantes. Ela não é, porém, algo recente, visto que, quando do período de auge da exploração da erva mate (no fim do século XIX e primeiras décadas do século XX), o trabalho nos ervais já tinha grande relevância para as pessoas obterem determinados produtos necessários e não produzidos, em troca de sua mão de obra. O período posterior, de derrubada do mato para implantação das fazendas, também se definiu pela maciça presença da mesma mão de obra indígena, que foi compreendida como um meio de integração de recursos para as famílias. Na percepção local dos patrões, sempre foi corrente que estes últimos constituíam-lhes maiores ganhos em relação aos trabalhadores não índios, tanto por sua grande produtividade quanto por seu mais baixo custo monetário. Mas, com a chegada da década de 1980, e a plena mecanização da produção agrícola, as fazendas das redondezas das terras indígenas passaram a dispensar cada vez mais essa mão de obra, gerando uma crise, que redirecionou as escolhas dos nativos. Novas opções assalariadas (como as de professor e de agentes de saúde indígenas), e outras formas de trabalho mais regulares, tornaram-se opções centrais. Porém, ainda assim, estas últimas permanecem escolhas voltadas para uma pequena elite indígena, não solucionando o grosso das necessidades das famílias guarani. A aposentadoria por idade foi um fator que teve impactos positivos na integração de recursos dos grupos domésticos mas, nas últimas décadas, a opção restante para a maioria das pessoas (ou melhor, dos homens em idade produtiva) foi o corte da cana, nas usinas sucroalcooleiras – em um primeiro momento, nas distantes cidades do estado de São Paulo, e, mais recentemente, no próprio Mato Grosso do Sul.

O que há de extremamente importante de se destacar aqui é que a escala da arregimentação da mão de obra indígena aumentou vertiginosamente. O deslocamento hoje para as usinas se dá de modo maciço, na casa dos milhares de trabalhadores⁴³.

Por outro lado, é muito importante salientar que para os Guarani em geral, a socialização é um aspecto fundamental de suas vidas, sendo os tempos cotidianos devotados a isto bastante amplos. Assim, para além dos tempos que são dedicados no dia a dia às atividades de produção e aquisição de recursos, há a visita a parentes ou o recebimento destas, com o consequente tomar conhecimento dos acontecimentos e das notícias recentes envolvendo esses parentes – aí

⁴³ O Ministério Público do trabalho estimou em 4 mil os indígenas na indústria da cana no ano de 1998 e em 10 mil em 2007 – Fonte: André Campos, Repórter Brasil. *Repórter Brasil*, 21/11/2007.

incluindo as interações tanto com os vizinhos indígenas, nas T.I.s quanto com os não indígenas (donos dos pequenos estabelecimentos comerciais frequentados e/ou os patrões fazendeiros). Estes são momentos que tanto atualizam a intimidade no seio da família extensa e da comunidade política, num nível mais amplo, quanto proporcionam uma maior integração das pessoas e um maior domínio geral dos fatos que dizem respeito a esses grupos como coletividades. Aqui, revela-se uma faceta importantíssima da organização social desses grupos aqui em pauta.

No entanto, a inserção dos trabalhadores indígenas na *changa* nas usinas tem um corolário perverso para esta organização, visto que este tipo de trabalho apresenta a imposição de uma temporalidade que é totalmente diversa da apontada acima. Os esforços na cana se dão em jornadas que superam as oito horas diárias previstas na legislação, visto que a remuneração, em termos efetivos, é feita conforme a produtividade do trabalhador. Portanto, o trabalho nessas indústrias vem transformando as terras indígenas em verdadeiros reservatórios de mão de obra, algo totalmente contrário ao modo de conceber a vida cotidiana por parte dos Guarani. Isto é indubitavelmente uma das mais marcantes consequências da perda da terra e dos recursos naturais que nela se encontravam.

Em suma, na tentativa de manter certa autonomia na administração dos tempos, a *changa*, como trabalho pontual e sazonal, constituía a opção mais flexível para a coadunação dos tempos para as atividades de obtenção de recursos e aqueles para socialização. Atualmente, a *changa* nas usinas perverteu esta lógica.

Resta ainda salientar que a mão de obra nativa é aquela que praticamente sustenta a movimentação das usinas no estado de Mato Grosso do Sul, havendo, com a política nacional de etanol como combustível, projeções de que se amplie enormemente o número dessas unidades produtoras, assim como a área de cultivo da cana. Mas é de se ter em mente que a mecanização da atividade, conforme prevê a legislação, será um fato em pouco tempo, o que novamente fará dispensar essa mão de obra, em grande escala, reconfigurando-se assim a dimensão do problema da falta de terra.



PARTE IV – MEIO AMBIENTE

Parte IV – Meio Ambiente

Seguindo os termos da Portaria 14/1996-MJ, esta parte é devotada a: a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena; b) explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias.

Como imperativo fundamental de início dos argumentos aqui está o fato (já apontado) de que os Guarani Kaiowa têm uma relação com a terra que é sumamente marcada pela cosmologia desse grupo, sendo que alguns dos elementos que explicam as especificidades desta relação com a terra já tiveram delineamento tanto no item 1.5 quanto na parte III do presente estudo. Os dados que aqui serão apresentados são também caudatários do relatório ambiental formulado por Bahri (Bahri, 2011), ecóloga integrante do Grupo Técnico, estando fortemente nele amparados.

De imediato, destacamos justamente um trecho deste relatório, onde se apresentam constatações da autora, a partir de seu estudo na área em pauta. Em sua “Introdução”, Bahri diz:

(...) é notável como estas pessoas, mesmo em condição de vida degradada pela perda de terra e recursos naturais disponíveis, investem em tentar reencontrar os elementos do ambiente original, lutando para continuar coletando víveres, percorrendo o território, plantando e caçando, na medida do possível. Assim, os índios Guarani Kaiowá mostram que, mesmo em condições adversas, eles continuam sendo os “índios da floresta” ou “aqueles que pertencem ao mato”, e que fazem tudo para manter esta relação tão privilegiada que eles mantinham com os ambientes florestais nativos. (p. 6).

Este excerto, como se vê, traz vários elementos, fundamentais às preocupações que aqui devemos desenvolver, de modo que os tomaremos como fio condutor, analisando-os em detalhes. Importa ressaltar que, ao longo de seu estudo, Bahri levanta e nos oferece diversos dados, de modo a ilustrar e confirmar essas suas observações.

Um primeiro ponto que deve ser mencionado é a referência feita à condição de vida degradada, que deve-se, segundo a autora, à “perda de terra e recursos naturais disponíveis”. Entende-se aqui que, ao lado da perda da terra, o estado degradado dos recursos naturais constitui hoje um fator negativo na condição de vida dos grupos indígenas em questão. Um segundo ponto a ser observado é a constatação de que, não obstante as más condições de vida, as pessoas buscam formas de continuar “coletando víveres, percorrendo o território, plantando e caçando, na medida do possível”. Já o terceiro ponto levantado por Bahri é a constatação, decorrente da anterior, de que os indígenas fazem de tudo para dar continuidade à relação que mantinham com os ambientes florestais nativos existentes em tempos passados.

Cabe retomar uma nota sobre o que já argumentamos na Parte III do presente relatório, no sentido de que hoje, justamente em decorrência dos processos históricos que tiveram lugar no *tekoha guasu* Iguatemipegua como um todo e especificamente nos espaços territoriais constituintes da T.I. Iguatemipegua I aqui em foco, encontramos uma situação compósita, em termos técnico-econômicos, para os grupos macrofamiliares kaiowa. A degradação das condições ecológicas é um dos resultados desses processos históricos, de modo que, conforme vimos, a obtenção dos recursos necessários à vida provém de múltiplas fontes e de múltiplas inserções ocupacionais dos indivíduos. Nesse sentido, o chamado “meio ambiente” constitui uma dessas diversas fontes – mas não a única. Isso implica dizer que a análise sobre a relação estabelecida com o ambiente deve atentar para as condições atuais⁴⁴ deste ambiente, antes que a partir de uma ideia abstrata sobre este. Para os indivíduos indígenas, há, efetivamente, um *feedback* entre as experiências já vividas e aquelas realizadas no presente (em situações intraétnicas, mas também interétnicas), de modo que a concepção sobre o ambiente (com todos os elementos que o compõem) está sempre em contínua construção. Completando este quadro estão as experiências que foram (e são) ouvidas, através das narrativas de outras pessoas, na sua relação com o ambiente, de modo que assim se faz um acumulado de conhecimentos ao longo do tempo, entre gerações diversas, constituindo-se continuamente o *corpus* de saberes que circulam – e que são, ademais, apropriados, atualizados e alimentados de modo diferencial por cada indivíduo, sempre segundo meios organizacionais que são definidos e delimitados no seio dos grupos macrofamiliares (cf. Mura, 2006; Barbosa da Silva, 2007, 2009).

Ainda extremamente importante é atentar para o fato de que a noção de “meio ambiente” está muito carregada por uma compreensão que se tornou senso comum, a partir de certos desdobramentos feitos na Biologia como área de conhecimento, isto é, de que há um espaço tido como “natural”, em oposição a outro, que seria “artificial”, construído a partir da ação humana. Ocorre, contudo, que, em primeiro lugar, a partir do momento em que existem grupos humanos vivendo em um determinado espaço tido como “natural”, inequivocamente há uma interação, constituída pela intervenção humana neste espaço. Em segundo lugar, em termos empíricos, isto é, a partir da experiência dos agentes sociais, “meio ambiente” é todo e qualquer ambiente com o qual (e a partir do qual) eles interagem; ademais, para o que nos é relevante aqui, é, mais especificamente, todo ambiente em que são desenvolvidas atividades humanas. Assim sendo, os

núcleos urbanos e as próprias fazendas, que foram se estabelecendo em Mato Grosso do Sul, são eles próprios “ambientes”, nos quais não só não indígenas, mas também indígenas desenvolvem suas atividades (cf. Barbosa da Silva, 2007 e 2009). Como é perceptível, estabelecer de modo apriorístico uma distinção ontológica entre estes ambientes, definindo uma dicotomia, formada pelo “natural” (“o mato”) – que, em consequência, é relacionado à vida dos “índios” –, e pelo “artificial” (as cidades e as fazendas), é pouco apropriado para uma compreensão mais fática dos processos sociais que aí ganham vida, no seu conjunto e na sua complexidade. Pior ainda é o corolário daí decorrente, de que os índios seriam seres restritos ao domínio do “natural”, numa recuperação das teorias evolucionistas (e racistas). De fato, devemos observar que o contato interétnico é sempre fomentador de trocas, em termos tanto materiais quanto simbólicos. Para o que nos move aqui, isto é relevante na sua efetivação tanto entre grupos nativos diversos, quanto entre estes e não-nativos.

Com isto, chegamos à conclusão de que a relação com o ambiente entendido como “natural” (nos termos acima expostos) não deve ser tornada pelo pesquisador como absoluta para a obtenção e produção de recursos pelos grupos indígenas; deve-se, antes, procurar ver qual o peso que ela tem em cada contexto histórico. No caso dos Kaiowa (bem como de outros grupos indígenas, em Mato Grosso do Sul), é evidente que decaíram os recursos provenientes das florestas e do cerrado nativos (os quais se constituíram na vegetação predominante no cone sul do Mato Grosso do Sul – vide Bahri [2011]), sendo esta queda um fator influente no desenvolvimento das atividades dos indígenas no novo cenário ambiental. A recorrência encontrada na literatura sobre os Guarani de Mato Grosso do Sul, de que estes são os “seres da floresta (ou do mato)”, como se isso fosse uma característica atávica desses indígenas, demonstra-se extremamente inadequada, pois desconsidera justamente essas observações. Em grande medida influenciados pelo rótulo criado pelos viajantes, missionários, exploradores, e outros agentes, de que estes indígenas eram “habitantes do mato” (em guarani, literalmente *ka'a gui gua*), pesquisadores contemporâneos passaram a reproduzir este rótulo, sem levar em consideração os processos históricos de transformação socioambientais, e, em consequência, as respostas dos indígenas, enquanto agentes plenamente ativos deste processo – e não apenas como sujeitos passivos. Revela-se óbvio que num momento em que os recursos provinham principalmente “do mato”, as famílias guarani tivessem uma relação fundamentalmente pautada por esta fonte. Mas, nos perguntamos: e agora que “o mato” praticamente deixou de existir? Isto significaria que estes indígenas perderam a identidade que os caracterizaria? Estariam eles fadados ao desaparecimento ou a deixarem de ser “índios”?

Como é claramente perceptível, tudo se trata de uma falsa questão, construída na contramão das teorias antropológicas contemporâneas sobre processos sociais, com ênfase em situações coloniais, em que a história é fator fundamental, analisada a partir das interações entre atores sociais posicionados politicamente, que detêm interesses específicos, muitas vezes havendo convergências entre esses interesses. Nesses termos, a visão de grupos nativos e estrangeiros (e todos os elementos que supostamente os caracterizariam enquanto grupos distintos) como constituindo unidades isoladas, auto-contidas, que vêm a ser postas em interação a partir de uma antinomia em termos absolutos, se revela, quando menos, equivocada. Efetivamente, as ferramentas conceituais para o desenvolvimento destas análises têm sido noções tais como: processos, dinâmicas, fluxos, fronteiras, interconexões, contextos – neste sentido, ver Weber (1964), Barth (2000a, 2000b, 2000c, 2005), Hannerz (1992), Wolf (2009), Fabian (1983), Bensa (1998).

Levantar tais observações não implica em dizer, absolutamente, que os elementos (materiais e simbólicos) relacionados ao “mato” – se é que assim podemos definir – deixaram de ser relevantes para a vida destes indígenas. Ao contrário, devido à sua atual escassez, os fragmentos remanescentes do “mato” acabaram por ter o seu valor potencializado. Assim, implica, antes, perceber que o leque de elementos à disposição destes mesmos indígenas tornou-se mais amplo, não se restringindo apenas àqueles.

Em termos ilustrativos, há um breve exemplo, muito relevante de ser considerado. Trata-se do jovem Zezinho, neto de um reconhecido xamã (Atanásio Teixeira), e que justamente vem sendo preparado por este para também tornar-se um xamã (*ñanderu*).

Em 2009, Zezinho contou a integrantes deste GT que recentemente avistara uma onça de pequeno porte nas imediações na T.I. Limão Verde (mas já para além de seus limites, em terras de uma fazenda vizinha), onde ele se encontrava residindo, junto com o avô. Explicou que, como todas as onças, também o exemplar por ele observado pertencia a *Jaguarete járy*, (isto é, o espírito-dono das onças), e que este a deixara sair para passear, de modo que assim pôde ser vista. Porém, ele acrescentou que é raro hoje em dia se avistarem onças. Ora, dado o brutal desmatamento que sofreu todo o cone sul de Mato Grosso do Sul (e do qual falaremos mais, logo adiante) e o consequente rareamento da fauna e da flora que ali vive, temos, neste exemplo, uma atualização em termos perfeitamente lógicos sobre os processos relacionais que se dão entre os espíritos-donos/espíritos-guardiães (*járy*) do cosmo e os seres sob suas jurisdições, por um lado, e as constatações empíricas feitas pelos kaiowa, a partir das condições atuais de existência das espécies animais e vegetais, por outro.

No entanto, perderíamos enormemente em entendimento se deixássemos de considerar aqui que um primo de Zezinho (de nome Marcelo, e também neto de Atanásio Teixeira) chegara recentemente a Limão Verde, passando grande parte do seu tempo a narrar os acontecimentos que vivera na fazenda em que vinha trabalhando como peão havia alguns anos. Conforme este exemplo, vemos que a transmissão e a troca de conhecimentos e experiências que se realizam (o tempo todo e em todos os lugares) no cotidiano, envolvendo indígenas e não indígenas não permitem a construção de áreas e zonas estanques, compartimentadas, como se existisse, por um lado, uma “cultura indígena” e, por outro, “uma cultura da fazenda” (e portanto de não índios). Como o célebre antropólogo F. Barth (especialista em estudos de identidade e relações interétnicas) muito bem argumentou, a cultura é um fluxo (de ideias, conhecimentos, valores, etc.), sendo que o que cria as especificidades é o modo como esses elementos são socialmente organizados por cada grupo, ou, de modo efetivo, por cada indivíduo, sempre no seio de sua coletividade, a partir de seus padrões valorativos (Barth, 1993, 2000b e 2005).

Com isto posto, resta a fazer a fundamental observação de que há um aspecto que absolutamente não perdeu de peso ao longo do processo histórico que vimos considerando. Trata-se da importância que tem a terra para os Kaiowa – e isto em múltiplas dimensões. A terra é o lugar que foi entregue pelas divindades a estes indígenas, para que nela vivessem e dela cuidassem. **A realização deste sentimento de autoctonia se dá através do recorte de espaços específicos dessa terra, que se tornam suporte para o desenvolvimento da vida de cada comunidade política kaiowa.** E assim, é justamente uma jurisdição exclusiva por parte de cada comunidade sobre cada um desses espaços, aquilo que permite demarcar as fronteiras intercomunitárias. **Com efeito, não estamos diante da imagem de um território unívoco, como uma totalidade homogênea, mas de espaços territoriais diferenciados, de acordo com as comunidades que os povoam – ou seja, cada comunidade relacionada a seu *tendápe* (ou microrregião).** É a este *tendápe* que os integrantes de uma comunidade se sentem pertencer, em termos políticos, simbólicos, espirituais e também econômicos. Em sendo assim, é possível afirmar que o valor que é dado à terra tem sido imensamente potencializado pelas comunidades kaiowa, justamente pelo fato de ela ter sido retirada de seus domínios – o que lhes impede de realizar como deveria o seu próprio modo de ser e de viver.

Ora, retornando a atenção ao relatório de Bahri, uma tônica sua é a degradação das condições ecológicas na área do *tekoha guasu* aqui em causa, incluindo os espaços territoriais constituintes da T.I. Iguatemipegua I, em decorrência da opção econômica dos grandes

proprietários, não indígenas, pela monocultura em larga escala (além de pela pecuária extensiva e produção sucroalcooleira), que desemboca no que a autora denomina de um “chão agrícola” (à pág. 16) – expressão que não é melhor qualificada pela autora.

No que concerne ao item vegetação, do estado de Mato Grosso do Sul como um todo, Bahri diz o seguinte:

VEGETAÇÃO REMANESCENTE. O Mato Grosso do Sul era recoberto em 60% de seu território por cerrado, e aproximadamente 15% por florestas, que aos poucos foram convertidos em campos de cultivo e pecuária. O que resta atualmente das paisagens primitivas, são fragmentos, dispersos numa matriz de territórios agrícolas, sendo normalmente territórios que possuíam alguma restrição para as atividades agropecuárias, como topografia íngreme e afloramentos rochosos (p. 13, destaque nosso). (...)

A vegetação, associada ao tipo de solos, varia entre cerrado, mata atlântica e zonas de transição ecológica. O grau de antropização da paisagem pela agricultura é elevado, levando a uma ínfima quantidade de vegetação remanescente (p. 16, destaques nossos).

Centrando-se já especificamente na área do *tekoha guasu* em estudo, Bahri faz uma recuperação da sua fisiografia registrada tempos atrás, para confrontar com uma situação atual de quase total degradação. Ao apresentar os tipos de vegetação existentes nos anos 1970, destacamos o seguinte em seu relatório:

CERRADO - Aqui nos referiremos ao cerrado na sua forma original de ocupação da paisagem regional. O mapa de vegetação apresentado descreve a situação da cobertura vegetal nos idos anos 70, quando foi realizado o RADAMBRASIL, fonte do mapa. Nesta ocasião o percentual de remanescentes (Cf. e Sp.) era ainda expressivo, mas já se denotava a forte presença das áreas antropizadas, tanto no cerrado (Ap.), como na floresta (Ap.). As descrições feitas na época falavam de um mosaico de cerrado que englobava um conjunto de subdivisões como:

Cerrado Sentido Restrito (*stricto sensu*) ou arbustivo com árvores baixas e retorcidas, arbustos, subarbustos e ervas. As plantas lenhosas em geral possuem casca corticeira, folhas grossas, coriáceas e pilosas. Dentre algumas espécies encontradas nessas áreas: *Kielmeyera spp* (pau-santo), *Magonia pubescens* (tingui), *Callistene spp* (pau-jacaré) e *Qualea parviflora* (pau-terra-de-folha-miúda);

Cerrado Rupestre, uma das formas de cerrado sentido restrito, de constituição arbórea, arbustiva e herbácea, que ocorre em ambientes rupestres. Os solos são rasos, com afloramentos rochosos e pobres em nutrientes. No estrato arbóreo-arbustivo, estão presentes espécies como: *Wunderlichia crulsiana* (flor-do-pau), *Didymopanax spp* (mandiocão), *Tabebuia spp* (ipês), *Vellozia spp* (canela-de-ema, candombá) e *Mimosa regina*. No estrato herbáceo encontram-se: *Rhynchospora globosa* (amarelão), *Paepalanthus acanthophylus* (chuveirinho), *Paepalanthus eriocaloides* (mosquitinho), *Echinolaena inflexa* (capim-flexina), *Loudeotiopsis chrysothryx* (brinco-de-princesa), *Xyris schizachne* (pimentona), *Xyris hymenachne* (pimentinhaprateda), *Lagenocarpus rigidus tenuifolius* (capim-arroz).

Cerradão, uma formação florestal que apresenta elementos xeromórficos (adaptações a

ambientes secos) e caracteriza-se pela composição mista de espécies comuns ao Cerrado Sentido Restrito, à Mata de Galeria e à Mata Seca: *Caryocar brasiliense* (pequi), *Kielmeyera coriacea* (pau-santo) e *Qualea grandiflora* (pau-terra), *Agonandra brasiliensis* (pau-marfim), *Callistene fasciculata* (faveiro), *Stryphnodendron adstringens* (barbatimão), *Copaifera langsdorfii* (copaíba), *Magonia pubescens* (tingui), *Xilopia aromatica* (pindaíba). Quanto ao estrato herbáceo, são freqüentes os gêneros de gramíneas: *Aristida*, *Axonopus*, *Paspalum* e *Trachypogon*.

Mata Seca, um tipo de cerrado florestal reconhecido no estado sob duas formas: Mata Seca Sempre-verde e Mata Seca Semidecídua. Entre suas árvores destacam-se: *Amburana cearensis* (imburana), *Anadenanthera colubrina* (angico) e *Tabebuia spp* (ipês). Nas matas secas, encontra-se uma variedade de espécies decíduas, semidecíduas e sempre-verdes, destacando-se as leguminosas *Acacia poliphylla* (angico-monjolo), *Anadenanthera macrocarpa* (angico), *Sclerobium paniculatum* (carvoeiro), *Hymenaea stilbocarpa* (jatobá) e a voquisiácea *Qualea parviflora* (pau-terra-de-folha-pequena).

A chamada **Mata Ciliar**, que se refere à formação florestal densa e alta que acompanha os rios de médio e grande porte, onde a copa das árvores não forma galerias sobre a água. Apresenta árvores eretas com altura predominante entre 20 e 25 metros. As espécies típicas desta fisionomia perdem as folhas na estação seca (deciduidade). Os solos variam de rasos (cambissolos, plintossolos ou litólicos) a profundos (latossolos e podzólicos) ou aluviais (com acúmulo de material carregado pelas águas). A camada de material orgânico é sempre mais rasa que a encontrada nas Matas de Galeria. Entre as espécies arbóreas, destacam-se algumas freqüentes: *Anadenanthera spp* (angicos), *Apeiba tibourbou* (pente-de-macaco), *Aspidosperma spp* (perobas), *Celtis iguana* (grão-de-galo), *Inga spp* (ingás), *Myracrodruon urundeuva* (aroeira), *Sterculia striata* (chichá) e *Tabebuia spp* (ipês). São encontradas poucas espécies de orquídeas epífitas.

Mata Atlântica ou Floresta Estacional Semidecidual Submontana: esta formação ocorre freqüentemente nas encostas interioranas e nos planaltos centrais capeados pelos arenitos Botucatu e Bauru espalhados pelo sudeste do estado. Hoje esta formação está praticamente em extinção como se verá a seguir. Na sua origem a Mata Atlântica era umas florestas de maior diversidade do Brasil, sendo este um dos importantes motivos para preservar o que restou da Mata Atlântica, sua rica biodiversidade, ou seja, a grande variedade de animais e plantas.

Nela conviviam lado a lado desde árvores grandiosas como o jequitibá, figueiras e guapuruvús e até liquens, musgos e minúsculas hepáticas. Calcula-se que nela existiriam 10.000 espécies de plantas, sendo 76 palmeiras. Dentre as espécies animais destacam-se 131 espécies de mamíferos, 214 espécies de aves, 23 de marsupiais, 57 de roedores, 183 de anfíbios, 143 de répteis e 21 de primatas. Dos símios destacam-se o miqui, que é a maior e mais corpulenta forma de macaco tropical, e o sauí-preto que é o mais raro dos símios brasileiros. Habitavam também esta mata, diferentes sagüis, os sauás, os macacos-prego e o guariba que está se extinguindo. Dos canídeos, o cachorro-do-mato é um dos predadores mais comum juntamente com o guaxinim, o coati, o jupurá, os furões, a irara, o cangambá, e felinos, como gatos-do mato que se alimentam de animais como o tapiti, diferentes ratos-domato, caxinguelês, cotias, outiço-cacheiro, o raro ouriço-preto, etc. Ocorrem também na mata, tamanduás-mirins, preguiças, e tatus, com destaque a preguiça-de-coleira, que hoje em dia está tão escassa e já ameaçada de desaparecimento.

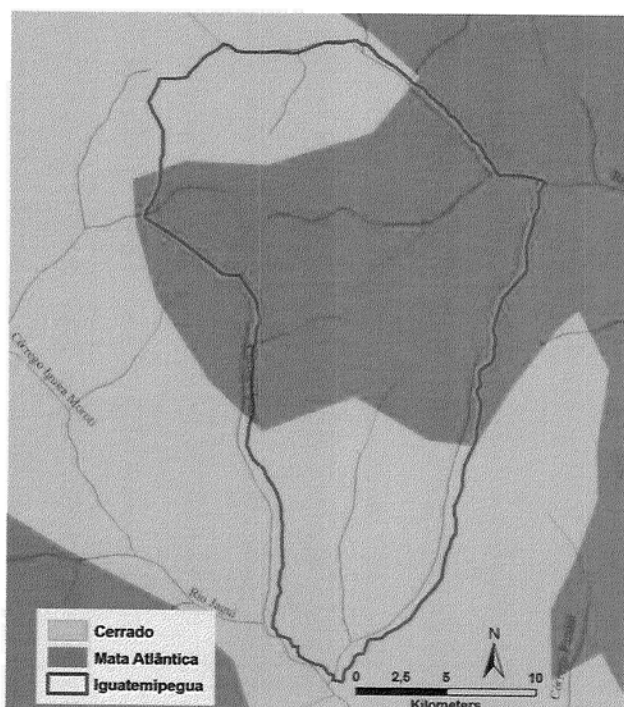


Figura 9 . Vegetação original existente na TI Iguatemipegua I. Fonte IBGE.

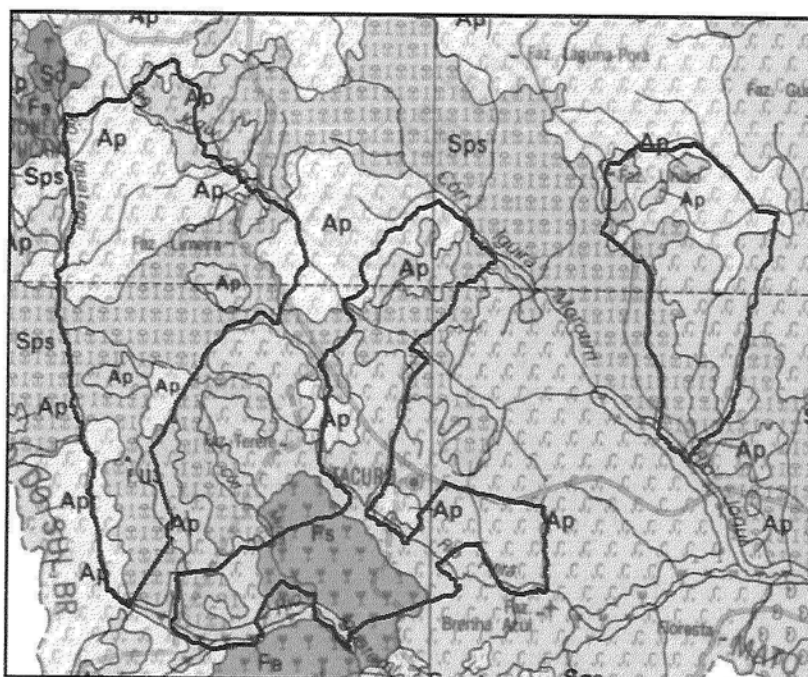


Figura 10. Principais tipos de vegetação encontrados no Iguatemipegua nos anos 70. Fonte: RADAMBRASIL, 1982.

O contraste com a situação atual é ilustrada por meio de outras imagens fornecidas, com a afirmação da autora de que “Se considerarmos os limites da área de interesse (Figura 11) teremos uma paisagem absolutamente fragmentada tanto no domínio dos Cerrados como no domínio da Mata Atlântica.” Ademais, ela diz:

Hoje, um olhar ligeiro sobre os remanescentes (Figuras 11 e 12, Tabela 1) permite destacar o forte processo de ocupação e uso do solo no estado e na região. As razões se

explicam pela opção econômica do estado, que gira em torno da produção agropecuária e da indústria rural, principalmente açúcar e álcool. (p. 23).

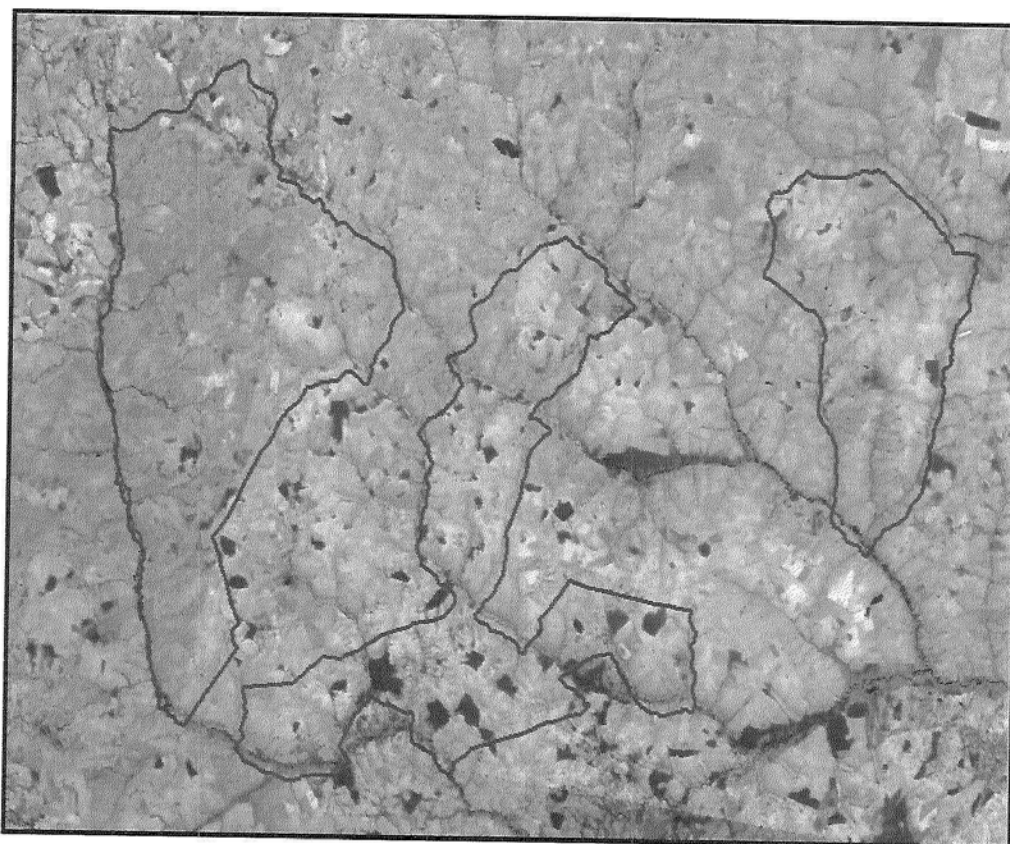


Figura 11. Remanescentes florestais (manchas verdes) encontrados na área de estudo em 2010. Fonte: Imagem de satélite Landsat (INPE 2010).

	Remanescente de vegetação original	% do município
Amambaí	23400	6
Coronel Sapucaia	5952	6
Iguatemi	24640	8
Paranhos	5340	4
Tacuru	14440	8

Tabela 1. Remanescentes do bioma original de mata atlântica por município, na região de estudo. Fonte : PROBIO/MMA (2009).

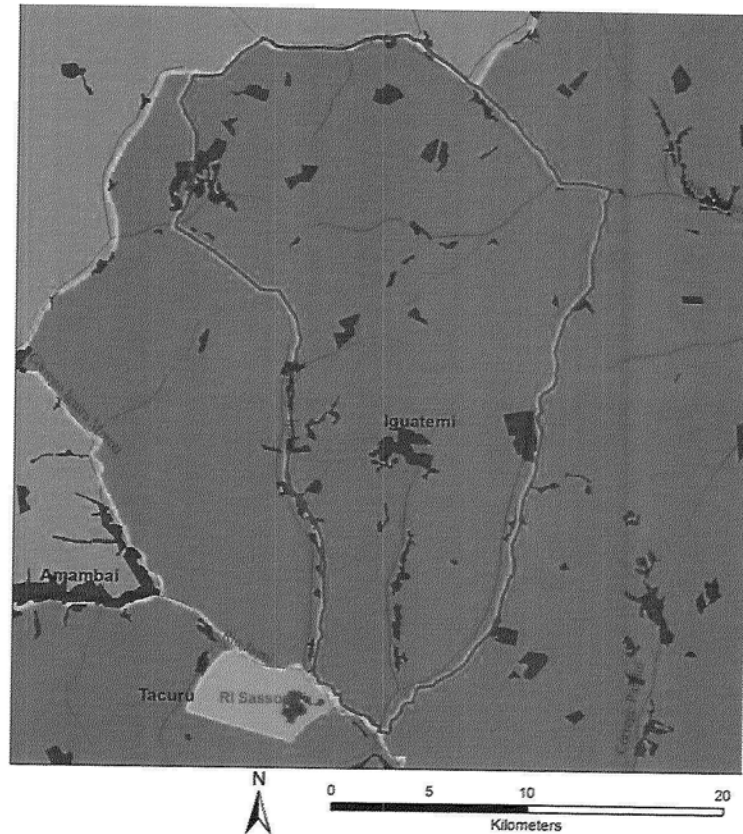


Figura 12. Porcentagem dos remanescentes de vegetação original nos municípios da área de estudo. Fonte: PROBIO/MMA (2009).

Sua conclusão é, em suas próprias palavras:

Se considerarmos a área preliminarmente indicada como de interesse para a demarcação (polígono preto), ter-se ia que apenas menos de 10% da área encontra-se na sua situação original, enquanto que mais de 90% foi antropizada. Destas, a maioria das terras encontram-se ocupadas pela atividade pecuária. (p. 26).

O recurso metodológico utilizado por Bahri, de fazer uma reconstituição da fisiografia de tempos atrás e da atual, da área do *tekoha guasu* aqui em tela – possibilitando assim uma comparação bastante eficiente entre dois momentos diversos –, ganha relevância ao fazer com que se tornem mais vívidas para nós as falas dos informantes, ao apresentarem tanto as denominações dadas às microrregiões aqui focadas, quanto as descrições feitas dos nichos ecológicos que estas denominações indicam/apontam, bem como quando descrevem as atividades que desenvolviam nesses locais, até há não muito tempo. Por outro lado, os aportes da autora nos servem para ilustrar a complexidade de elementos que relacionam os Guarani (Kaiowa e Nandéva) e o cosmo (onde se incluem as espécies animais e vegetais), através do desenvolvimento de suas atividades técnico-econômicas, de seus rituais, etc.

Como um exemplo relevante disto, tomemos a visualização possibilitada pelas figuras 10, 11 e 12, acima, para fazer uma observação.

Durante as pesquisas realizadas para a elaboração deste relatório, nos chamaram a atenção as informações a respeito de uma microrregião específica. Trata-se do lugar denominado “Cerrao guasu”, constituinte do *tekoha* Karaja Yvy. Como se pode perceber, tem-se um nome, composto de “cerrado” (numa pronúncia mais próxima da castelhana, da fronteira, em que a letra “d” quase não soa), com a partícula “guasu”. Evidente fica, então, que está em tela uma região em que predomina o cerrado, em uma vasta extensão (“guasu”). Nesta microrregião havia também, segundo os informantes uma parte significativa de mata, caracterizada pelas pessoas como sendo “ka’a guî hû” (sendo “hû” = escuro, ou seja, uma mata de cor escura, o que implica certa densidade e, conseqüentemente, significativa extensão). No *Cerrado guasu*, fomos informados de que havia frutas como *guavira* e *aratiku*, que as pessoas coletavam, além da presença de *teju* (lagarto), *caguare* e *jarutare* (dois termos para designar o tamanduá, provavelmente em classificações de tipos distintos da espécie), dos quais provinham carne, através de sua caça. Por estas características, muitas pessoas acorriam a este local; na verdade, grupos de pessoas, em expedições de coleta e caça, sendo ali mesmo consumidas as carnes, pelo processo do “*ñemokae*” (modo de preparo por cozimento em brasa, de fogueiras). De acordo com a distância do deslocamento efetuado, o grupo permanecia no local um determinado número de dias, nessas expedições.

Ora, ao olharmos para o croqui abaixo, elaborado pelos reivindicantes do *tekoha* Karaja Yvy, vemos que a região (que é ali indicada como “Seral Kuasu”) coincide plenamente com o que expressa a figura 10 do relatório de Bahri (acima). Efetivamente, cotejando o croqui e a figura 10, vemos que a região que é indicada como tendo também “mato” localiza-se na interseção entre o *tekoha* Karaja Yvy e os de Kamakua e de Ka’a jari, sendo que esta zona justamente apresenta uma parte que é de cerrado e uma outra, de mata atlântica.

TAUES WA SHINKE VIO

Proc. n° 80252/12
Fls. 395
Rúbrica Elaine

INRUASU

YNUO PUXO

YNUO

TAUES WA SHINKE VIO

TAUES WA SHINKE VIO

YNUO PUXO

TAUES WA SHINKE VIO

TAUES WA SHINKE VIO

YNUO PUXO

YNUO PUXO

YNUO PUXO

TAUES WA SHINKE VIO

TAUES WA SHINKE VIO

TAUES WA SHINKE VIO

TAUES WA SHINKE VIO

TAUES WA SHINKE VIO

TAUES WA SHINKE VIO

TAUES WA SHINKE VIO

Antes de dispormos das imagens coligidas pela ecóloga, detínhamos a informação de base descritiva dos informantes, a partir da memória e da experiência destes. O fato extremamente relevante a se ressaltar aqui é que as imagens não podem ser reificadas como pretensamente tendo mais valor ou maior legitimidade enquanto dado, em relação aos relatos dos informantes, por um lado, e, por outro, elas não poderiam se substituir a estes mesmos relatos; o que de fato possibilitam é vislumbrarmos melhor os dados que foram trazidos pelos relatos dos informantes.

Assim sendo, se tomamos em consideração já a figura de número 12 (isto é, uma representação da paisagem atual), aí sim é que esta fica totalmente esvaziada de sentido, por não existir correspondência entre o nome que foi dado à microrregião e a paisagem atual. Deste quadro resulta, pois, a demonstração de um grande conhecimento e de uma grande intimidade de grupos kaiowa do *tekoha* Karaja Yvy em relação ao lugar “Cerrado guasu”, traduzidos em uma relação de uso determinada e específica com este lugar. Apresenta-se-nos, portanto, mais um evidente indicador de um tempo passado, vivido pelo grupo, só trazido ao presente pela memória das pessoas e, ulteriormente, por imagens que foram feitas por técnicos especializados. Sintetizando, **este indicador está a testemunhar tanto a presença quanto a vivência desses informantes naquele local, de modo inquestionável.**

Uma vez que foi feita referência justamente ao *tekoha* Karaja Yvy, perscrutemos o significado deste nome. Ele significa, literalmente, “terra do [macaco] bugio” (“karaja” = bugio, e “yvy” = terra), numa demonstração ímpar a respeito de uma interação vívida desses grupos kaiowa com o território, a partir de um refinado conhecimento de seus nichos ecológicos. Esta mesma lógica deu origem a uma das microrregiões já referidas (na parte II) como constituinte do *tekoha* Mbarakay. Naquele caso, trata-se do “Aguara kua” (que significa “toca do lobo guará”). Por seu turno, “Mboi Veve” (de “mboi = cobra” e “veve” = que voa) já é a denominação que foi dada a uma microrregião (e estendido a todo o *tekoha*, compreendido no “Iguatemipegua”) a partir de um córrego, em cujas proximidades encontrava-se uma espécie de cobra que, ao dar o bote, alcança uma distância considerável, circunscrevendo uma trajetória de voo. Já o “Karaguatay”, por sua vez, como nome de outra microrregião (e de outro *tekoha* do Iguatemipegua), provém de “karaguata” (= a planta do caraguatá, de onde se retira uma fibra outrora largamente usada pelos Kaiowa e Nandéva para fabricação de cestos, liames, redes, entre outros objetos) e de “y” (= água, bem como todas as suas derivações, principalmente os rios⁴⁵).

⁴⁵ As famosas Cataratas do Iguaçu têm origem em “y” e “guasu”, numa tradução próxima a “água grande”, no sentido de um grande volume de água, que a caracteriza. O explorador espanhol Álgar Núñez Cabeza de Vaca aí chegou em 1541, encontrando diversos grupos macrofamiliares guarani (Cabeza de Vaca, 1922).

Os exemplos neste sentido poderiam continuar a ser elencados à exaustão, mas isto não acrescentaria nada aos significados que acabaram de ser expostos. No entanto, para concluirmos esta argumentação, consideremos mais dois casos ilustrativos. O primeiro é o de “Jagua Amba Gue”⁴⁶, microrregião do *tekoha* Kurusu Amba. A respeito da ocupação deste lugar no passado, os informantes do *tekoha* Kurusu Amba revelam que houve um acontecimento relacionado a um cachorro (que em guarani se diz *jagua*): este morrera e ficara à beira de um córrego, sendo que seus fluidos corporais se misturaram à água. Assim, este lugar ficou sendo sua última morada – e este acontecimento veio a dar nome ao córrego que hoje é por este referido⁴⁷. Com efeito, a palavra *amba* tem o sentido do último local onde uma pessoa ou objeto repousa (seu destino final). A própria denominação Kurusu Amba (aplicada a uma microrregião do *tekoha* ora reivindicado, e estendida ao *tekoha* como um todo) é devida à presença, no espaço em causa, de uma cruz (em guarani, *kurusu*), grande, vistosa, que provoca a admiração na fala dos que a ela se referem, principalmente pelo fato de ser ela uma aparição, que não é revelada a todos, pois nem todos têm a capacidade de vê-la. Neste local, como relatam ainda os informantes, havia um cemitério, onde muitas pessoas foram sepultadas.

Como vemos, o conjunto de dados referidos revela uma relação com o território que é complexa, sendo equivocado estabelecer uma fragmentação entre o que seriam diversas ordens (“o religioso”, “o econômico”, “o político”, “o simbólico” e inclusive o dito “ambiental”), pois isto não tem sentido para os atores sociais que se relacionam com este território e a ele fazem referência.

Tendo isto em mente, para a continuidade desta nossa análise, procederemos dando relevo a alguns dados e reflexões que Bahri nos oferece (sempre a partir de sua qualidade de ecóloga e pesquisadora), vindo, a partir destes, a tecer nossas próprias considerações. Para isso reproduziremos vários e longos excertos da autora, mas a partir de um escopo especificamente antropológico. Os eventuais destaques feitos por nós serão indicados, entre parênteses, com as expressões “destaques nossos” ou “grifos nossos”.

De início, Bahri se dedica à análise da agricultura entre os Guarani, nos termos que se seguem.

A agricultura nos moldes tradicionais, pelo conjunto de técnicas que emprega, traz inúmeras vantagens já que não acarreta a exaustão do solo e permite sua regeneração natural. Trata-se de uma policultura onde são consorciadas espécies vegetais de distintas

⁴⁶ A pronúncia “gue” é uma outra forma para o já explicitado “kue”, usado para referência ao tempo passado.

⁴⁷ Foi neste lugar que uma grande parte da comunidade do *tekoha* Kurusu Amba entrou, em dezembro de 2009, reivindicando a terra, e onde se encontra atualmente.

estaturas formando andares ou extratos que impedem que os raios do sol incidam diretamente sobre o solo reduzindo o impacto direto da água da chuva, reduzindo a incidência da erosão⁴⁸. Essas praticas são muito similares às praticas tradicionais da agricultura itinerante associada à técnicas agroflorestais baseadas no enriquecimento das roças e capoeiras em espécies perenes.

Atualmente, nas condições de vida dentro das aldeias, a rotatividade das terras cultivadas e ainda mais, a possibilidade de encontrar uma parcela na mata para fazer uma roça, desapareceu em muitos casos. Os cultivos devem ser realizados sempre nos mesmos espaços, com práticas inadequadas (...).

Neste contexto, se justifica ainda mais a reivindicação deles para reintegrar as áreas que ainda “recentemente”, lhes ofereciam a abundância, além de permitir plenamente o a expressão do “modo de ser” Guarani.

Agrobiodiversidade

A grande diversidade das espécies e variedades de plantas encontradas nas roças dos Guaranis é apontada por vários autores. Em uma exaustiva pesquisa bibliográfica, aliada a um estudo arqueológico em um sítio Guarani, Noelli⁴⁹ compilou uma vasta lista de espécies cultivadas e suas variedades. Ele mostra que com 39 gêneros e 180 cultivares, dos quais ele menciona 24 cultivares de batata doce, a roça dos Guaranis supera as roças de quase todas as outras populações da América do Sul em número de gêneros diferentes.

Além de sempre plantar em consórcio, os índios Guarani cultivam nas suas roças muitas variedades de milho, mandioca, cará, batata doce, feijão, entre outros. Assim, eles contribuem na manutenção de várias espécies nativas importantes para a agricultura. Esta forma de seleção massal⁵⁰ permite a manutenção e a conservação da base genética destes cultivares. As aldeias que se encontram em ambientes naturais ainda conservados e favoráveis ao manejo e a manutenção das diversidades dos cultivares agrícolas funcionam como verdadeiros bancos de germoplasma *in situ* (na roça)⁵¹. Eles contribuem desta forma na conservação dos recursos genéticos que coevoluiram com o ambiente local, e desenvolveram adaptações climáticas, ao solo, resistências às pragas, etc.⁵².

Dos mecanismos que compõem o sistema agrícola Guarani e favorecem a manutenção e o aumento da variabilidade genética de seus cultivares, os mais relevantes seriam “o valor cultural e religioso atribuído aos cultivares pelos Guaranis, a existência de aldeias e, portanto, as roças situadas em ambientes naturais, e talvez o mais importante, o estabelecimento e a manutenção das redes de trocas, através da economia da reciprocidade, que possibilita a incorporação de cultivares, ou seja, de material genético diferenciado numa mesma roça⁵³”.

As sementes se encontram dispersas nas aldeias, mas mesmo assim, elas continuam sendo objeto de conversas, de procura e de troca. Para os Guaranis, as sementes tradicionais representam muito mais do que somente uma fonte de subsistência alimentar. Elas fazem parte integrante da cultura ancestral.⁵⁴

⁴⁸ Noelli F.S. (1993), citado por Sarkis C. J. (2005).

⁴⁹ Noelli, F. S. (1993), citado por Utermoehl, B. e Gonçalves, P. (2007).

⁵⁰ *seleção massal*: consiste em coletar as sementes daqueles indivíduos de uma população que mostram uma ou mais características desejáveis, como potencial de alto rendimento ou resistência a doenças, e usar aquelas sementes para plantar a próxima safra. Foi através deste método, por exemplo, que as populações indígenas da América Latina foram selecionando as plantas de milho que tinham mais grãos na espiga, obtendo as plantas que hoje conhecemos. Através de métodos de seleção massal, produtores em todo o mundo desenvolveram variedades chamadas *crioulas*.

⁵¹ Felipim, A. P. (2001), citado por Utermoehl, B. e Gonçalves, P. (2007).

⁵² Spyer Resende, P. C. (2000).

⁵³ Felipim, A. P. (2001).

⁵⁴ Spyer Resende, P.C. (2000).



FUNAI/SEPRO
Serviço de Expedição e Protocolo



08620.090097/2012-91

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Diretoria de Proteção Territorial
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
SEPS Quadra 702 Sul - Bloco A - Edifício Lex - 3º Andar
Brasília/DF - 70390-025 Tel.: (61) 3313-3721

Proc. n° 82252/12
Fls. 399
Rúbrica Uaine

Memorando n° 983/CGID/2012

Brasília, 13 de dezembro de 2012.

Ao: Setor de Protocolo – SEPRO

Assunto: Identificação e Delimitação da Terra Indígena Iguatemipegua I (MS)
Ref.: Processo n°. 08620.082252/2012-03

1. Tendo em vista a legislação específica sobre as quantidades máximas de folhas por volume, estamos encaminhando 2º volume do processo em referência e, em anexo, documentação em ordem cronológica, para formação de novo volume.

Atenciosamente,

Giovana Acacia Tempesta
Coordenadora Geral de Identificação e Delimitação
CGID/DPT



Ministério da Justiça

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS
MJDOC

FUNAI/SEPRO - Serviço de Expedição e Protocolo

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Proc. nº 82252/12

Fls. 400

Rubrica [assinatura]

Ao(s) 14 dia(s) do mês de Dezembro de 2012, procede o encerramento deste volume, nº do Processo 08620.082252/2012-03, contendo 400 folhas, abrindo-se em seguida o volume nº 3.

Para constar, eu WDSO FERNANDES GOMES, sobrescrevo e assino.

Wilson Fernandes Gomes

Carimbo e assinatura

Wilson Fernandes Gomes
Agente em Indigenismo
Matrícula: 1911697



Ministério da Justiça

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS MJDOC

FUNAI/SEPRO - Serviço de Expedição e Protocolo

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Proc. nº 82252/12

Fls. 401

Rubrica

Ao(s) 14 dia(s) do mês de Dezembro de 2012, procede a abertura deste volume, de nº 08620.082252/2012-03, que se inicia com a folha nº 401.

Para constar, eu WDSO FERNANDES GOMES, sobrecrevo e assino.

Carimbo e assinatura **Wdsen Fernandes Gomes**
Agente em Indigenismo
Matricula: 1911697

Data: 14/12/2012

Hora: 11:22

Emitido por: WDSO FERNANDES GOMES

FUNAI/SEPRO

Os Guaranis costumam guardar as sementes de milho, feijão no interior das casas, e as sementes de mandioca e batata-doce na própria roça, colhidas aos poucos. As sementes são penduradas no teto das casas e secadas pela fumaça do fogão a lenha. Tradicionalmente, as espigas de milho, após o preparo, ficavam penduradas no interior das residências, ao abrigo da luz e umidade, protegidas pela própria palha da espiga, e guardadas para o próximo ano. Dessa maneira, as sementes podiam ser mantidas, por aproximadamente seis meses, e assim, preservadas das pragas e dos predadores, como caruncho e roedores⁵⁵.

No passado, os índios possuíam um número bem maior de variedades de mandioca, milho, abóbora, amendoim, feijão, entre outros. Hoje, eles ainda tentam guardar as sementes tradicionais (Figura 14). **Mas, por falta de terra ou de locais apropriados, eles podem perder essas sementes e não conseguir manter o plantio de variedades tradicionais.** (Destaques nossos).

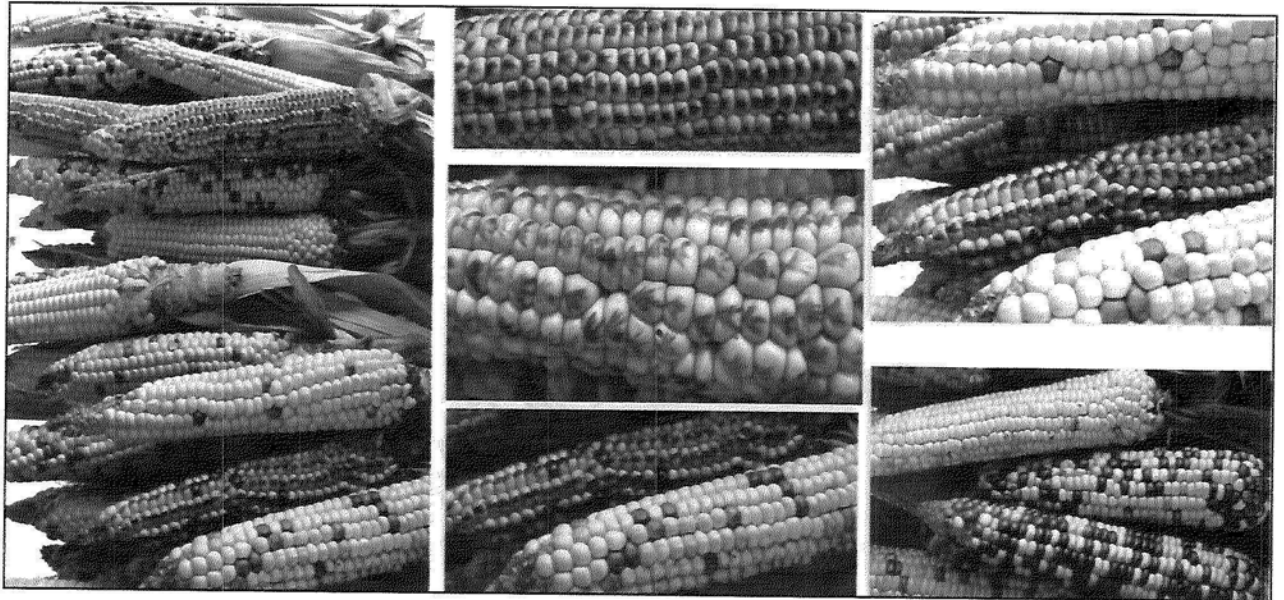


Figura 14. Variedades de sementes de milho conservadas ainda hoje pelos índios Guaranis Kaiowá

Quintal

Além das roças, os Guaranis mantêm também, ao redor das habitações, espaços de plantação como hortas ou jardins com frutíferas, plantas medicinais, e diversas categorias de vegetais de usos mais variados (alimentar, técnico, artesanal, medicinal, religioso, mágico...). Este espaço é muito similar ao denominado “quintal agroflorestal” encontrado na Amazônia ou em outras regiões tropicais. **Aqui, os índios plantam uma imensa variedade de espécies de árvores, arbustos, herbáceas, cipós, epífitas, tanto nativas como introduzidas, reconstruindo assim um ambiente de vida oferecendo uma grande variedade de produtos e um ambiente agradável onde eles criam também pequenos animais domésticos.** (Destaque nosso).

Coleta na vegetação nativa

⁵⁵ Teodoro, 2008.

A coleta na mata e em todos os ambientes da região faz parte das atividades tradicionais cotidianas dos Guaranis, quando as condições permitem que eles freqüentem estes ambientes. Os índios procuram e coletam uma diversidade grande de produtos na vegetação nativa: madeira de construção (Figura 15), plantas medicinais e rituais, sapé e outras fibras para cobertura das casas (Figura 16), frutas, tubérculos, sementes e materiais para artesanato, mel, etc.

Na cultura Guarani, o mel é um dos produtos de coleta importantes. Os índios reconhecem quantidade de espécies de abelhas nativas e detêm um grande conhecimento sobre os lugares de nidificação, as formas e estruturas das colméias que variam em função de cada espécie. O mel é apreciado como alimento, entra na composição de varias preparações medicinais e faz parte dos rituais⁵⁶. Da mesma maneira que a caça, a coleta de mel é associada à liberdade e ao grande prazer de passear na mata.



Figura 15. Peroba em um fragmento florestal da T.I. Jaguapiré.

Hoje, a coleta do mel só é possível em raras situações privilegiadas, como na região do Rio Apa onde a vegetação florestal persistiu em certa medida e ainda permite a sobrevivência de algumas espécies de abelhas. Mas, mesmo ali, a diversidade das abelhas caiu consideravelmente e a maioria delas sumiu da paisagem. Finos conhecedores do ecossistema florestal, os Guaranis dessa região têm muito claro que a redução das populações de abelhas nativas e o avanço da “eiropa”, a abelha europeia, são indicadores das alterações ambientais e da degradação da floresta que a região está sofrendo. A vegetação da mata é certamente o ambiente que, pela sua riqueza natural, oferece mais produtos de coleta e de caça. **Mas em todas as unidades da paisagem (mata, cerradão, campo, brejo, rios e córregos, minas de água, etc.) os índios encontram plantas que eles aproveitam para um uso ou outro (Figura 17).** De todos os produtos de coleta,

⁵⁶ Cebolla Badie, M. 2005.

incontestavelmente, as plantas medicinais tem um papel bem privilegiado. (Destaque nosso).

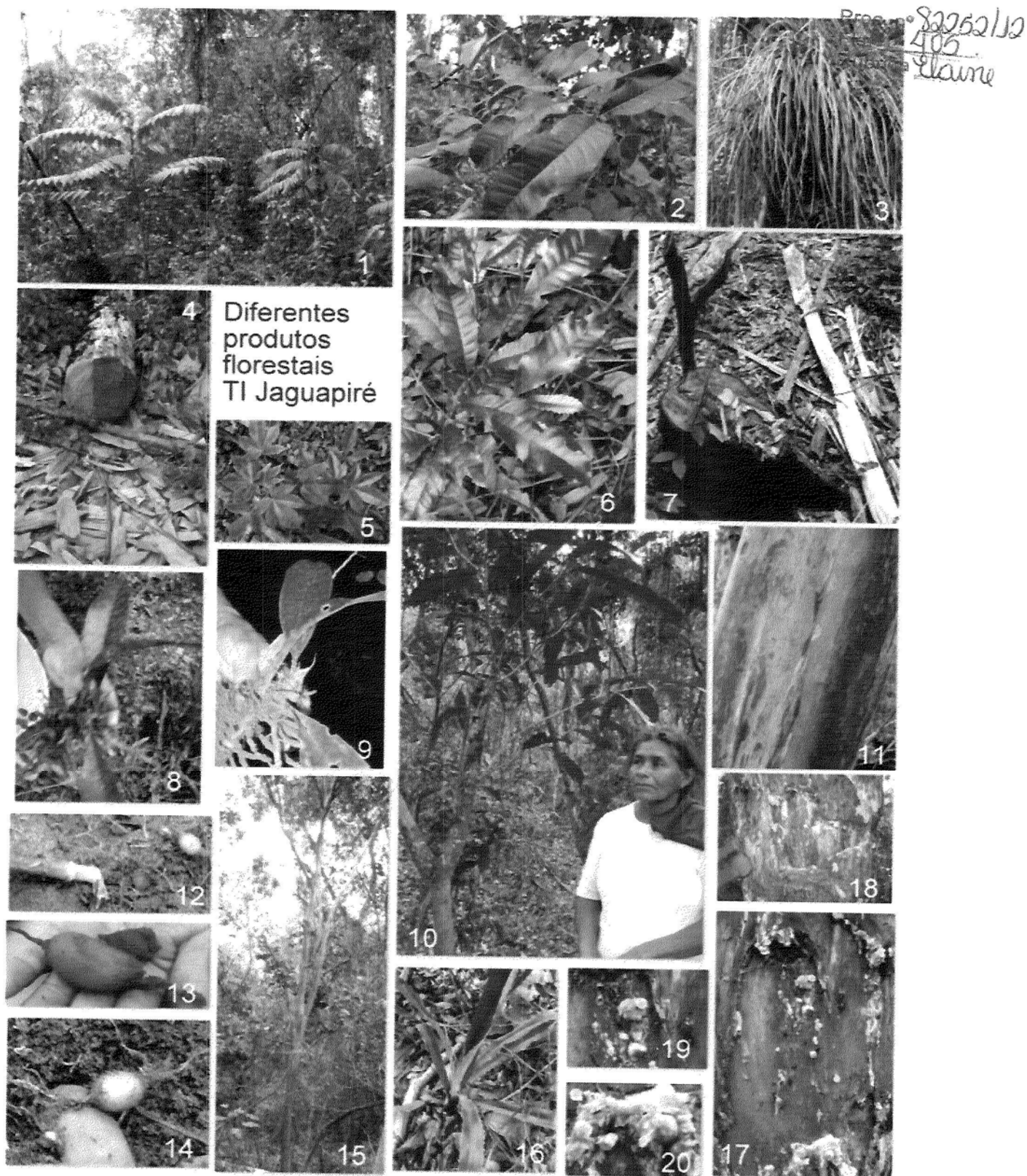


Figura 16. Sapé coletado para cobertura das casas, na Terra Indígena Jaguapiré.

Pode-se até aqui perceber uma grande variedade de exemplos, por um lado, de um amplo conhecimento sobre os elementos de um território onde grupos guarani têm vivido por séculos, procedendo eles, assim, a uma investigação, a experimentações e obtendo, portanto, resultados mais condizentes com os interesses e necessidades para a reprodução física e cultural desses grupos.

Figura 17 (página seguinte). Diferentes produtos florestais de coleta, na TI Jaguapiré.

1. Vegetação na floresta	6. <i>Ñandy tay</i>	12.a 14. <i>Cara jari</i>
3. <i>Caraguata mirim</i>	7. <i>Yvyra catu</i>	15. <i>Jaboticaba</i>
4. Tronco de <i>Jaboticaba</i>	8.e 9. <i>Hapo javoava</i>	16. <i>Caraguata</i>
5. <i>Jarakati'a</i>	10. Dona Nilda e <i>Ñandy tay</i>	17.a 20. <i>Jatoba</i> (resina para incenso)
	11. <i>Jaboticaba da mata</i>	



Por outro lado, vê-se aqui um uso constante e intenso desses elementos, ou antes, daqueles que ainda hoje estão presentes neste território, além de uma firme atuação para o seu manejo, reproduzindo recursos, sempre no mesmo propósito da reprodução das famílias e indivíduos kaiowa.

É importante ainda ressaltar que tal conhecimento e uso amplo dos elementos indicados são expressos de um modo condensado no quadro acima, fruto do levantamento que Bahri pode desenvolver, a partir das incursões deste Grupo Técnico em campo. Assim, as suas argumentações não são procedentes apenas da pesquisa bibliográfica, mas puderam ser feitas também por constatação *in loco*. **Não se trata, portanto, da reificação de um conhecimento e de um uso que teriam caracterizado estes indígenas no passado, mas, sim, de um conhecimento e de um uso que se mantêm, com vigor, nos dias de hoje, mesmo com condições ambientais bastante deterioradas.**

Conforme se verá nas conclusões da autora, essa atuação dos indígenas acaba sendo um meio excelente de manejo, que contribui para a manutenção e a reprodução de condições otimizadas na relação das pessoas com o “ambiente”, e que, sobretudo, será um fator fundamental para a manutenção dos recursos e para a sobrevivência e a reprodução física e cultural deste grupo étnico, no longo prazo, e, mais especificamente das famílias pertencentes aos espaços territoriais Terra Indígena Iguatemipegua I, uma vez esta oficialmente demarcada e em posse plena dos indígenas. Ao fim e ao cabo, temos aqui a ilustração que embasa a afirmação feita pela própria Bahri (a qual destacamos aqui logo no início), de que “não obstante as más condições de vida”, as pessoas buscam formas de continuar “coletando víveres, percorrendo o território, plantando e caçando, na medida do possível”.

Tornemos ao texto de Bahri.

Plantas medicinais

Os Guarani, exímios conhecedores do meio ambiente onde estavam inseridos, e através do manejo dos recursos florestais com a inserção de novas espécies, a pesquisa das novas áreas conquistadas, e com o sistema de troca de novos cultivares entre as mulheres, são possuidores de um amplo etnoconhecimento em botânica e farmacologia, já revelados nos trabalhos de vários autores.⁵⁷

Na cultura dos Guarani, as plantas medicinais ocupam um papel essencial e certamente muito antigo. “Considerando a antigüidade da ocupação Guarani no sul do Brasil, que pode ultrapassar a 2.000, mais o período utilizado para a expansão territorial desde sua região de origem no sudoeste da Amazônia meridional, é provável que o povo Guarani domine parte considerável da sua etnofarmacologia há mais de 3.000 anos.”⁵⁸

Esta longa relação entre as plantas e o povo Guarani pode ter contribuído para aumentar a própria riqueza em plantas medicinais no território de vida deles (destaque nosso). Segundo Noelli⁵⁹, “diante das estratégias de manejo ambiental e da manutenção *in natura* da sua farmácia, podemos considerar que os Guaranis transportaram uma parte considerável de suas plantas, bem como deviam ir pesquisando as existentes

⁵⁷ por exemplo: Arenas & Moreno-Azorero (1976), Martinez-Crovetto (1968 a e b), Noelli (1993, 1994), citados por Landa B.(2005).

⁵⁸ Noelli, F.S. (1998).

⁵⁹ Noelli, F.S. (1998).

nos novos territórios que foram sendo ocupados ao sul da Amazônia. Este processo paulatino de manejo deve ter contribuído para a dispersão e aquisição de muitas espécies, enriquecendo a biodiversidade das regiões ocupadas. Com o genocídio pós-contato e com o abandono das áreas manejadas no meio da floresta, é possível que parte dessas plantas medicinais tenha-se mantido sem o cuidado humano e que parte tenha desaparecido na sucessão vegetacional ou no desmatamento causado pelos europeus e seus descendentes colonizadores do que hoje chamamos Brasil, Paraguai, Argentina”.

Os rezadores são os que detêm o conhecimento mais amplo sobre as plantas (e os animais) e suas funções terapêuticas, que eles associam ao mundo cosmológico. Mas a maioria dos adultos, e em particular, as mulheres, detêm também um bom conhecimento das plantas, e fazem usos medicinais delas no seu cotidiano (destaque nosso).

A maioria das espécies tem mais de uma função e associam outras funções que unicamente curativas (matéria-prima para elaboração de objetos variados, lenha, alimentação, enfeites...).

Mesmo com a introdução da medicinal ocidental, o uso da medicina tradicional ainda é muito forte e o uso das plantas medicinais faz parte no cotidiano do povo Guarani⁶⁰. **Com a degradação da vegetação nativa, essas plantas ficaram muito mais difíceis de serem encontradas, mas mesmo assim, os índios não param de procurar, percorrendo os espaços onde ainda as encontram.** Uma reclamação muito freqüente se refere à dificuldade em encontrar algumas plantas hoje no território. Os índios, e principalmente as mulheres, não param de fazer referência às plantas que eles plantaram, tentaram plantar, ou gostariam de plantar quando retornassem ao seu território original. No entanto, nem todas as plantas se adaptam a ambientes antropizados, além de ser impossível cultivar a grande diversidade de plantas nativas existentes nos ambientes originais, sendo assim necessária a busca por essas plantas no ambiente natural.

Basta passar poucos momentos com um grupo de mulheres, mesmo as mais jovens, para coletar uma longa lista de plantas medicinais em volta do acampamento. De forma geral, o conhecimento é infinitamente rico quando associado à prática chamânica, mesmo quando as pessoas são muito jovens e não tiveram chance de viver num território sem restrições (destaques nossos). É o caso, por exemplo do jovem Zezinho da T. I. Limão Verde, que tem objetivo de se tornar um chamã e, para isso, absorve o conhecimento detido pelos antigos – no caso, o reconhecido ñanderú Atana - e literalmente, estuda e percorre o território com muita dedicação, na medida do possível, em busca de todo tipo de ambientes e de recursos naturais (figura 18).

⁶⁰ Bueno, N. R. ET als, 2005.

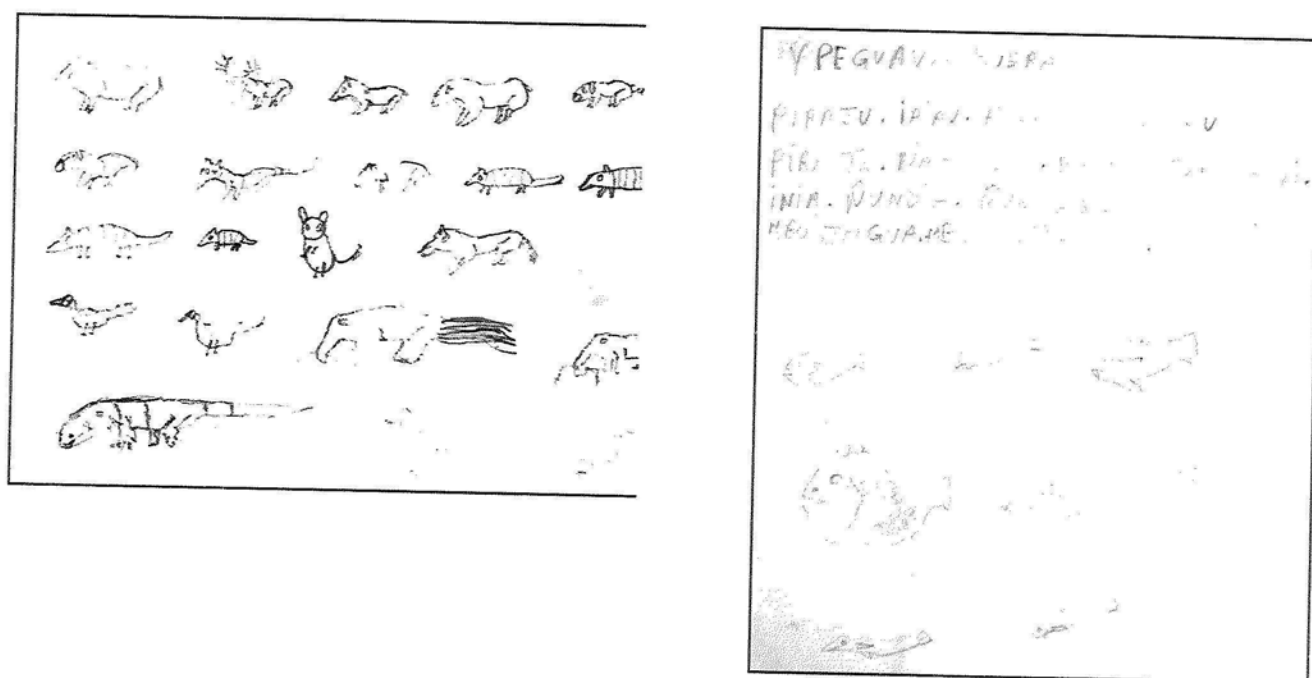


Figura 18. Alguns dos numerosos desenhos elaborados pelo jovem Zezinho (T.I. Limão Verde) mostrando a grande riqueza do seu conhecimento sobre os elementos naturais da região.

5- Sobrevivência em condições ambientalmente alteradas

Na realidade, descrever as atividades produtivas e o uso dos recursos naturais das comunidades indígenas que são o foco deste estudo deve ser entendido no contexto bem específico dessas populações que não estão vivendo numa situação adequada do ponto de vista do meio ambiente. As condições ambientais e a sobrecarga populacional nas aldeias visitadas são tão adversas que impedem a sobrevivência e a exploração adequada do espaço e dos recursos naturais. Os indígenas estão incontestavelmente impedidos de viver nos moldes que eles estavam vivendo antes de serem forçados a acampar nas beiras de algumas aldeias.

Na reserva indígena Limão Verde, vivem 1.226 pessoas nos 660 ha da reserva e 2.363 pessoas vivem nos 1.886 ha de Taquaperi. Nessas duas aldeias, as condições de vida são extremamente precárias, principalmente para as pessoas que chegaram por último, e ainda aguardam a terra por eles reclamada. Essas famílias reivindicadoras estão literalmente acampadas nas beiras das aldeias, em abrigos de lona, com pouca área de cultivo e em solos bastante arenosos, impróprios para qualquer tipo de cultivo. Na impossibilidade de produção agrícola, as famílias dependem de auxílio da FUNAI para sobreviverem. A instituição, no entanto, aporta uma assistência paliativa, distribuindo periodicamente lonas e cestas básicas. (Grifos nossos).

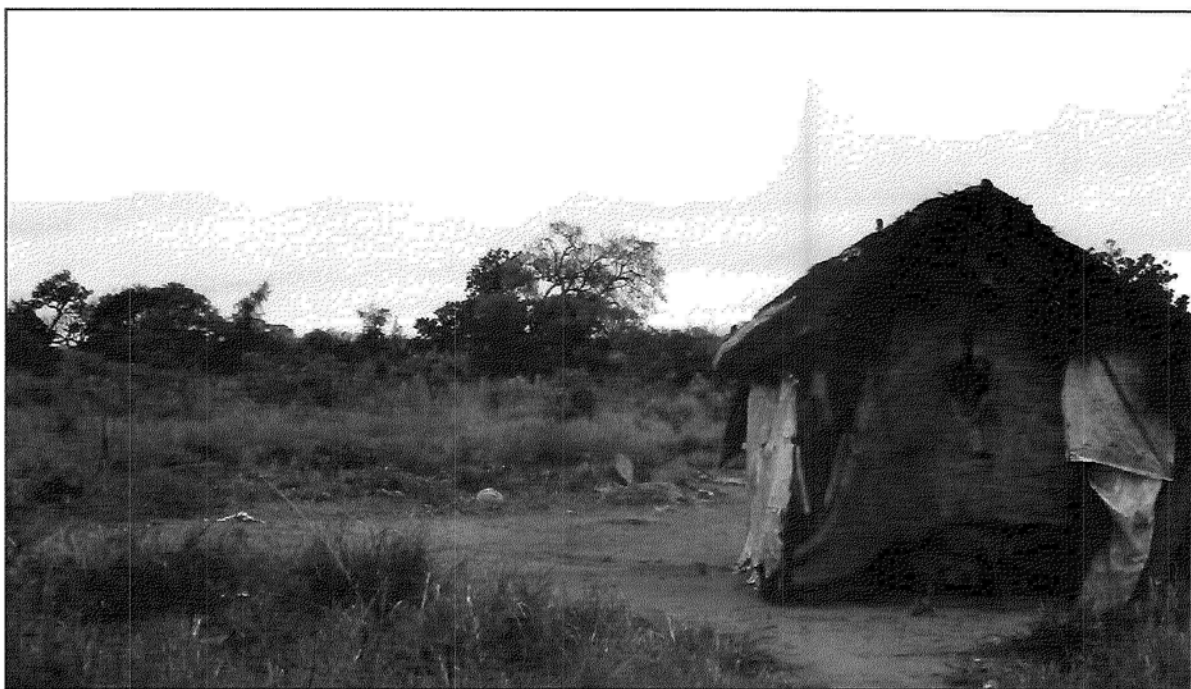


Figura 19. Na reserva indígena Limão Verde

Ademais, pouco se pode obter na coleta de produtos naturais, prática fundamental para os Guaraní, nessa região tão antropizada, com poucas áreas de vegetação original, hoje dominada em sua maioria por lavoura e pastagens (ver figuras 11 e 12 e tabela 1). Estas ilhas de florestas não somente são extremamente reduzidas como estão hoje incluídas nas propriedades privadas e, portanto, em grande parte, inacessíveis aos indígenas. (Destaque nosso).

Neste ponto devemos colocar algumas observações para melhor contextualizar essas últimas afirmações de Bahri. Como vimos aqui desde o início apontando, o estabelecimento de propriedades particulares por sobre o território de ocupação histórica e tradicional guarani (kaiowa e ñandéva) estabeleceu um gradiente de situações diferenciadas e determinadas condicionantes para a continuidade da vida desses indígenas, no que diz respeito à realização de atividades de agricultura (num uso da terra mais concentrado, de pouca mobilidade das pessoas), bem como de caça, pesca e coleta (que demandam mobilidade). Nesses termos, não se pode dizer que os indígenas foram impedidos de manter suas atividades. Com efeito, os próprios dados que Bahri nos traz aqui nada mais fazem do que corroborar firmemente isto – conforme se poderá perceber, nas páginas mais adiante. O mais correto é, pois, afirmar (como já temos feito) que estes indígenas passaram a ter restrições para este proceder, em maior ou menor grau, dependendo da relação específica estabelecida por cada família com seus padrões brancos. O que se tem, então, é sempre um processo de negociação entre essas duas partes, cada uma se tornando

interdependente da outra, e buscando garantir seus interesses e necessidades. Agora, um componente novo neste quadro, que precisa ser ressaltado, é o fato de que as iniciativas de reivindicação por parte dos índios tiveram como um dos efeitos o acirramento dessa dificuldade de acesso à terra e ao território como um todo (e, em consequência, o acirramento da dificuldade de realização das atividades a estes relacionadas), devido a represálias, por parte dos proprietários de fazendas, com algumas exceções, que são cada vez mais raras.

Voltemos agora às argumentações de Bahri.



Figura 20. Paisagem próxima da Aldeia Taquaperi e percorrida pelos índios em busca principalmente de lenha e água

Dentre os recursos fundamentais para a sobrevivência dos índios, a água encanada chega de maneira muito rudimentar até eles, e sofre de cortes diários por causa da alta demanda e da precariedade das instalações. Todos os dias, mulheres, homens e crianças são obrigados a buscar a água necessária para o consumo diário à enormes distâncias da área do acampamento. Da mesma forma, a coleta de lenha ocupa diariamente o grupo, que depende da madeira recolhida para cozinhar os alimentos e eventualmente para se aquecerem nas noites de frio. Passamos dias extremamente frios durante os dias de campo e constatamos a escassez de lenha disponível, e já que as condições de acampamento são realmente bem modestas, presenciamos reclamações e choros de crianças dormindo no chão e sofrendo do excesso do frio. A lenha é, a cada dia, mais escassa. Este fato obriga os índios a desenvolverem uma estratégia de economia máxima que limita o seu uso apenas

na cozinha, e leva ao aproveitamento de qualquer galho e/ou graveto de madeira devido o esgotamento das reservas de madeira seca num perímetro alcançável. Como a água e lenha são cotidianamente indispensáveis, e cada vez mais distantes de serem conseguidas, elas representam grande parte das atividades diárias.

Evidentemente, neste quadro de alta transformação do meio natural, os recursos de caça e a pesca são altamente escassos e fortemente perturbados pela dominância da atividade da lavoura e pecuária. Além do mais, os rios sofrem de um forte processo de assoreamento (Figura 21). (Destaque nosso).



Figura 21. Excesso de sedimentos em uma das cabeceiras do Rio Iguatemi (08/2008). Foto Vito Comar

A transformação da paisagem que resultou em uma fragmentação da cobertura vegetal nativa afeta também a sobrevivência e a reprodução das populações animais. Acostumados a caçar de maneira regular e lembrando-se da abundância de animais antes da transformação do ambiente pela agricultura, os índios comentam quanto é raro voltar hoje com algum produto de uma saída à caça. Algumas espécies desapareceram da região, outras se tornaram muito raras. Soma-se a este quadro, a poluição química causada pelo uso de agro-químicos nas lavouras, que da mesma forma, deprecia a qualidade da água e conseqüentemente, a vida biótica. Os recursos pesqueiros são hoje quase inexistentes em toda a região. (Destaque nosso).

A falta de todos estes recursos dentro das aldeias obriga os índios não somente a percorrer grandes distâncias, como a negociarem com os fazendeiros vizinhos a caça e coleta dentro das áreas privadas, o que gera conflitos e rivalidades entre índios e fazendeiros.

Em outras aldeias, como na Terra Indígena Jaguapiré, a pressão populacional é menor do que nas outras reservas da SPI, porém os indígenas enfrentam dificuldades

relacionadas ao péssimo estado em que o solo foi encontrado na área reocupada na criação da Terra Indígena em 1992. Após muitos anos de exploração agrícola mecanizada e anos destinados à pecuária, os solos estão compactados, empobrecidos, eventualmente poluídos e, sobretudo, cobertos por pastagens introduzidas tais como a *Brachiaria* e o capim colômbio, invasores extremamente agressivos e difíceis de eliminar. Um fragmento florestal, na parte oeste da aldeia, ainda permite algumas atividades de coleta e caça



Figura 22: Imagem mostrando um fragmento florestal remanescente na parte oeste da TI. Jaguapiré

Os índios, que vivem na parte nordeste da aldeia, atravessam a aldeia para ir buscar madeira, materiais de construção, fibras, plantas medicinais ou caçar, mas a pressão é grande neste pequeno fragmento de floresta. Esta área, outrora rica em espécies florestais como cedro, jatobá, jabuticaba (ver Figura 17), etc., hoje mostra sinais bem marcados de esgotamento das maiores árvores. Ela é remanescente de uma área maior de mata atlântica que existia, onde os índios viviam e cultivavam suas roças. Hoje em dia, a instalação de moradias neste setor da aldeia é dificultada pela falta de acesso à água, uma vez que as minas de água secaram após a derrubada da cobertura floresta, inviabilizando a vida neste sítio. (Grifo nosso).

As áreas hoje cultivadas foram conquistadas com ajuda esporádica de tratores para o preparo da terra, mas principalmente por muita persistência da parte dos índios, que não economizam determinação e força braçal para lutar contra as gramíneas e reconquistar aos poucos os ambientes de outrora.

É muito impressionante ver como os índios conseguem recuperar aos poucos as terras tão destruídas pela antropização; como eles se esforçam em busca de sementes e mudas ao percorrer grandes distâncias em busca de espécies que precisam ou querem introduzir; reconstituindo assim, a todo custo, um ambiente florestal num campo totalmente nu. Eles sabem onde existe um tipo específico de planta e onde encontrar espécies nos fragmentos das paisagens ancestrais. (Destaques nossos).

Em Jaguapiré, o Seu João, originário do Tekoha Kurusu Amba nos conta que aqui, no início, só tinha *Brachiaria*. Cada vez que ele encontrava um pé de planta, como era

muito raro, ele a deixava crescer. “Pelo menos, fazia sombra às galinhas”. Aos poucos, ele conseguiu plantar e hoje ele tem muitas espécies crescendo perto da casa dele. Ele plantou varias espécies regionais como cedro, jabuticaba, guavira, ipê roxo, já que essas espécies estavam muito presentes na região antes de sumir, com o desmatamento da paisagem para a agricultura em larga escala. Seu João plantou também espécies exóticas tais como castanha de Portugal, além das espécies comuns perto das casas (banana, manga, goiaba, laranja, cana de açúcar, urucum, etc.) e uma quantidade de outras plantas arbustivas e de menor porte, para fins medicinais essencialmente (Figura 28). Com isso, ele está, aos poucos, contribuindo á reconversão da paisagem devastada pelas pastagens em paisagem com maior diversidade vegetal e cobertura arbórea.

A relação com a mata original é sempre evocada. **Ela é fundamental, pois os índios estão constantemente à procura de produtos que eles vão buscar em remanescentes da aldeia. Porém, essas áreas não são suficientes. Além de precisar ter acesso ao máximo de produtos nas proximidades de onde vivem, eles fazem tudo para reconstruir um ambiente arborizado oferecendo produtos de uso e um quadro de vida que corresponde à cultura deste povo tão ligado á mata.** (Destaque nosso).

Esta prática, que pode ser qualificada de “agrosilvicultura”, da mesma forma que ela é praticada tradicionalmente na Amazônia ou em outras regiões do mundo, encontra aqui uma dificuldade de início particularmente importante na medida em que, após vários ciclos de agricultura mecanizada e pecuária, o banco de sementes do solo se perdeu totalmente. Nestas condições, a reconstituição de uma área de plantação do tipo agroflorestal depende de um grande investimento não só para o preparo do solo como para a introdução de mudas e sementes, e necessita muitos cuidados de manejo para que estas mudas consigam se desenvolver nos primeiros tempos no solo nu, quando o capim da antiga pastagem apresenta ainda um poder de invasão forte.

Seu Luis, reconhecido chamã na Terra Indígena de Jaguapiré, originário do Tekoha Mboi Mbeve, percorre o território em busca de plantas medicinais e usos importantes na cultura Guarani, ao exemplo do Tembete'y, do qual se retira uma resina usada para sedar o jovem durante o ritual da perfuração do lábio. Seu Luis trouxe a muda dessa planta da região de Jukeri.

As necessidades da prática chamanica e a grande sabedoria do Seu Luis podem explicar que ele chegou a plantar mudas de *Cecropia*, o que nunca se imaginaria numa região onde esta espécie pioneira devia invadir qualquer beira de floresta ou capoeira. **Ele trouxe a planta de uma área próxima a Sassoró. Hoje, para ter um pé de *Cecropia* (neste caso, por motivo de um uso medicinal), é preciso introduzi-lo e, com tempo, os indivíduos plantados provavelmente permitirão a disseminação espontânea da espécie, a qual, como outras plantas pioneiras, de rápido crescimento e grande capacidade de colonização, poderá jogar um papel importante na reconstrução das paisagens da região.** (Destques nossos).



Figura 23. Algumas plantas encontradas no quintal do Seu João, TI de Jaguapiré

1.2.3. Guavira

4. Boldo

5. Icipó pará

9. Cedro

10. Pariri

11. Ipê roxo

15. Ipê

16. Ñuati curussu

17. Acutipoi

Proc. n° 82252/12
Fis. 4/4
Rúbrica Elaine

6. <i>Cedro</i>	12. <i>Jaboticaba da mata</i>	18. <i>Abacaxi</i> (com espinho)
7. <i>Cevo'i guassu</i>	13. <i>Castanha portuguesa</i>	19. <i>Tuna</i>
8. <i>Maracujá</i> (de fruta grande)	14. <i>Temperos</i> (pequena horta)	20. <i>Cedro</i>

A partir destes dados, não podemos deixar de ressaltar alguns tópicos fundamentais. O primeiro deles é que o xamã Luís (Borvão) segue desenvolvendo uma prática que é generalizada, isto é, de estar sempre atento para capturar elementos que considere relevantes para o desenvolvimento de suas atividades. Neste caso específico apresentado por Bahri, é importante ressaltar que, para além das outras plantas que cultiva, com fins rituais e medicinais, o *tembeta'y*, especialmente, é a árvore de cuja seiva é retirada a resina para confecção do objeto (chamado *tembeta*) que é introduzido no lábio do neófito no ritual de iniciação masculina (o *kunumi pepy*, de que já falamos e que será melhor visto na quinta parte, a seguir). Ela serve também para a sedação do local de furo e introdução do *tembeta*, diminuindo o desconforto do neófito. Seu Luís apresenta com orgulho a árvore, que cultiva em seu *oka* (pátio), nos entornos de sua unidade habitacional – vide fotos mais abaixo.

O segundo ponto que destacamos é que o procedimento deste xamã não é exclusivo seu, sendo bastante generalizado, como se percebe pela afirmação de Bahri de que

(...) os índios estão constantemente a procura de produtos que eles vão buscar em remanescentes da aldeia. Porém, essas áreas não são suficientes. Além de precisar ter acesso ao máximo de produtos nas proximidades de onde vivem, eles fazem tudo para reconstruir um ambiente arborizado oferecendo produtos de uso e um quadro de vida que corresponde à cultura deste povo tão ligado à mata. (p. 46).

Além do exemplo paradigmático do sr. João, apresentado linhas acima, a corroborar esta afirmação da ecóloga estão as constatações dos demais componentes do grupo técnico que deu origem a este relatório, de que as pessoas (mormente as mulheres, em relação aos homens), mantêm em suas casas várias sementes (como a da variedade de feijão denominada *kumanda puku*, além de várias outras), afirmando que estas são guardadas para serem plantadas em seus *tekoha*, quando o grupo para ali retornar. Outra semente que é guardada como verdadeiro tesouro é a do prestigioso (e agora raro) milho branco (*avati morotí*) – vide figura 14. Assim, é inegável a constatação de que os Guarani Kaiowa continuam exercendo a prática do manejo, através de plantio e selecionando sementes desejadas, num processo de experimentação, que todo povo ligado à terra sói desenvolver. Disto depende o resultado das espécies que podem ser encontradas à disposição para uso e consumo. **Estamos aqui face à importantíssima questão dos**

conhecimentos e o papel de populações tradicionais no que concerne a seus recursos genéticos – tópico, aliás, já desenvolvido anteriormente, no item “Agrobiodiversidade”.

Conforme se pode perceber, este procedimento referido é fundamental para a reprodução de uma diversidade de espécies que melhor podem atender às necessidades alimentares e medicinais dessas populações específicas. Com efeito, a grande maioria dos elementos outrora constituintes da dieta destes indígenas hoje encontra-se dela ausente, o que contribui para um para a diminuição de uma reserva genética que não é apenas um patrimônio importantíssimo para os Guarani, mas também para todos os cidadãos do Estado nacional brasileiro e mesmo para a humanidade. Como resultado das restrições que se impuseram neste processo, tem-se hoje a primazia da homogeneização e da restrição dos alimentos presentes nas cestas básicas, distribuídas em políticas governamentais de segurança alimentar – das quais as famílias Guarani passaram em grande medida a depender. Há em tela, como se constata, uma enorme pressão restritiva para os modos nativos de plena reprodução física e cultural também neste aspecto.⁶¹

Resta ainda nesta argumentação destacar o fato de que **tal conhecimento e patrimônio genético só puderam ganhar vida ao longo de um período de tempo bastante longo, no qual os Guarani, presentes nestes espaços territoriais específicos do estado-nacional brasileiro aqui em t, puderam desenvolver os procedimentos e as experimentações referidos. Este é, portanto, mais um fator a testemunhar a presença kaiowa nos contornos que o *tekoha guasu* Iguatemipegua hoje adquiriu, por conta da reivindicação das comunidades políticas articuladas.**

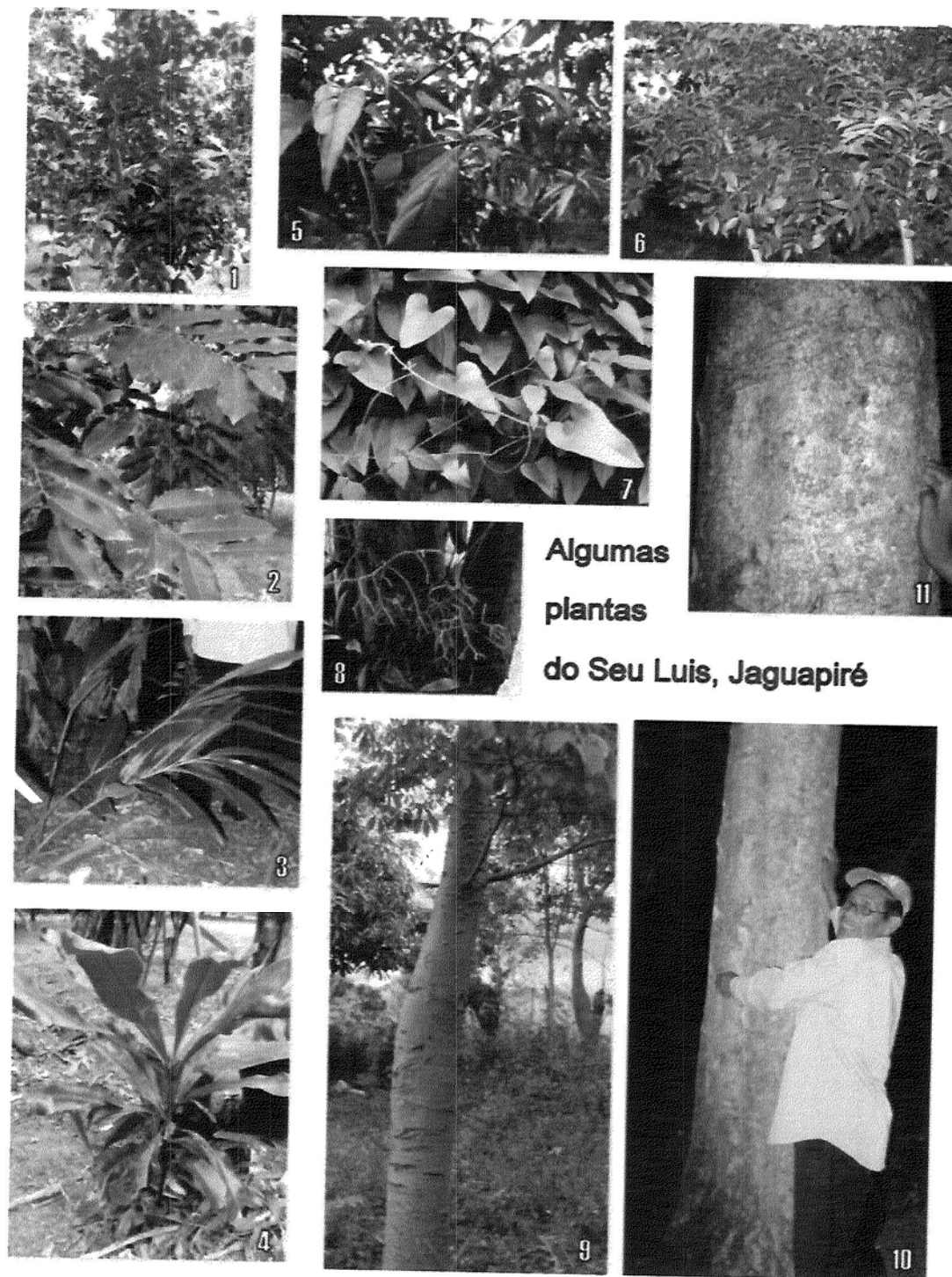
Outro aspecto a se notar pelos dados de Bahri é que Luís Borvão encontrou várias das espécies que cultivava não no espaço específico e restrito da Terra Indígena Jaguapiré, onde vive atualmente (aguardando o retorno para o *tekoha* Mboi Veve, ao qual pertence), mas nas proximidades da reserva de Sassoró e em espaços que são compreendidos no *tekoha* Jukeri (também em reivindicação) – aqui, para melhor entendimento dos elementos em questão, é

⁶¹ Por outro lado, há também aqui uma outra questão, que é a explorada por alguns autores, entre os quais Carneiro da Cunha. Esta diz respeito ao direito de propriedade e de uso das espécies vegetais – cultivares inclusive, e o direito de produção e reprodução de sementes, e na definição de regras sobre o seu patenteamento. A autora (1999) ressalta que os conhecimentos das populações tradicionais são hoje reconhecidos, através da Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Neste sentido, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) proclamou os direitos dos agricultores, reconhecendo sua contribuição ao desenvolvimento de variedades úteis. Tal discussão é hoje crucial em nível global, uma vez que está em causa o direito de propriedade e de uso das espécies vegetais, cultivares inclusive, e o direito de produção e reprodução de sementes, bem como a definição de regras de patenteamento.

necessário nos remetermos novamente ao croqui que revela o desenho total dos espaços territoriais do *tekoha guasu* Iguatemipegua, a figura 1 (com todos os *tekoha* do Iguatemipegua), presente na parte II. Relembrando ainda uma vez que este é um procedimento generalizado entre os Guarani, **tal fato está a patentear os indícios da real necessidade sobre o território que é de uso dos grupos macrofamiliares guarani englobados na proposta territorial em questão neste relatório – e portanto imprescindível para a sua vida, “conforme seus usos, costumes e tradições” (art. 231 da CF/1988).** Este território não é absolutamente o espaço restrito de uma terra indígena ou das terras indígenas atualmente já definidas como espaço de exclusividade indígena, mas está para além destas, dada a circulação vivamente empreendida pelas pessoas para (neste caso) a obtenção de recursos naturais, num amplo raio de alcance – ou seja, **propriamente num território amplo**. Na maior parte das vezes, isto ocorre sobretudo nas ocasiões de *oguata* (caminhadas, andanças) para realização de visitas ou de encontros/reuniões, ou ainda por causa de conflitos e/ou desentendimentos, ocorridos no espaço de habitação e/ou de trânsito de determinada(as) pessoa(as). Nos percursos, a atenção dessas pessoas está sempre voltada ao que está presente no território, de modo a possibilitar coletas. Em relação especificamente aos animais, as incursões de caça têm o objetivo de obter-se carne, mas as demais partes do animal quase sempre são aproveitáveis também para outros usos, como adornos corporais e feitura de remédios, por exemplo.

Figura 24. (página posterior). Algumas plantas encontradas no quintal do Seu Luís, TI de Jaguapiré.

1. Jacuruguai	5. Xirino Cagui	8. Acutipoi
2. Tembetari	6. Cuatikaa	9. Yvyra veve (paneira)
3. sem nome (<i>Zingiberaceae</i> , do brejo)	7. Cipó milonga	10 e 11 Tembeta'y
4. Jacurugai		



pc nº 82252/12
418
brica Elaine

**Algumas
plantas**

do Seu Luis, Jaguapiré

Concluindo este item, vale ainda salientar o fato de que, ao terem novamente acesso aos seus espaços territoriais, mesmo que este contenha apenas poucos fragmentos remanescentes da vegetação nativa (com a qual sempre interagiram, nela intervindo), as famílias indígenas poderão continuar a exercer atividades de manejo, em condições mais apropriadas ao seu estilo de vida, englobando aí a agricultura, bem como ter melhores condições para a realização de coleta, da pesca, e mesmo da caça, no desenvolvimento de seus “usos, costumes e tradições” (art. 231 CF/1988). Dois pontos são extremamente relevantes para a compreensão do modo como hoje em dia a relação com o território se desenvolve. Por um lado, o rareamento de elementos da flora e

da fauna, devido ao maciço desmatamento do cone sul de Mato Grosso do Sul, fez com que aqueles tivessem seu valor econômico (com este aspecto sendo entendido em um sentido amplo) diminuído, ao passo que o seu valor simbólico aumentou enormemente. Em termos mais precisos, passou-se a valorizar enormemente o que se tornou escasso, com o seu uso tornando-se bastante restringido. Exemplo disto é dos usos medicinais, feitos a partir de determinadas plantas ou de gorduras, peles ou demais partes ou substâncias de alguns animais, cada vez mais raros. Tais elementos são hoje supervalorizados tanto pelas pessoas que as detêm quanto por aquelas que não as detêm, sendo possível pensar que eles se tornaram instrumentos em torno dos quais se intensificaram as interações sociais, para sua obtenção e uso.

Fundamental ainda é um outro aspecto, igualmente relacionado à cultura: o da socialização das gerações mais jovens através da realização dessas atividades referidas. Ouvir, por exemplo, as narrativas de caçadas realizadas ou dos ensinamentos sobre a relevância de determinadas substâncias para cura de males mais diversos não tem nunca o mesmo significado para a experiência de um ator social do que a realização destas atividades em contextos práticos. Ao acompanharmos o que argumenta Barth, compreendemos que **o que de fato acaba por constituir a bagagem cultural de uma pessoa é o acumulado da experiência que ela desenvolve ao longo de sua vida, num processo contínuo, feito pelo cotejamento entre as categorias sociais herdadas, utilizadas para referir seu mundo, por um lado, e as práticas realizadas e os eventos, por outro. Tal processo, como observa o autor, é sempre dinâmico e aberto, numa construção contínua, a partir de fluxos de materiais culturais os mais diversos, que são organizados socialmente – o que implica sempre uma coletividade, que é o grupo (ou grupos) que os indivíduos vêm a integrar e constituir (cf. Barth, 1993 e 2005).**

Dito isto, tornemos ao texto de Bahri.

6 – Problemas, impactos e ameaças ambientais

Ao longo desse relatório foram mencionados diferentes problemas e ameaças ambientais existentes atualmente na região do Iguatemi. Em termos gerais, a forma de uso tradicional do território e dos recursos naturais pelos Guaranis do sul do Mato Grosso do Sul está fortemente ameaçada, sobretudo pelas atividades da agricultura em larga escala que tomou conta da região.

O estado de devastação ambiental apresentado pela região tem obviamente altas consequências ambientais, mas antes de tudo, provoca um impacto geral evidente para o povo Guarani já que, com isso, a paisagem do seu território de ocupação tradicional é profundamente alterado. Os ecossistemas originais que tanto são importantes para a sobrevivência dos indígenas foram eliminados. Os antropólogos bem descrevem o impacto que esta mutação significa do ponto de vista humano, econômico e cultural.

Citando um dos vários autores: “No século XX, o destino dos guarani esteve marcado por perdas rápidas e profundas em vários setores essenciais da sua vida. Em primeiro lugar se encontra, sem sombras de dúvida, a perda da floresta como espaço vital. Perda esta que começou nos anos 30 do século passado, agravada nos anos 70 e 80, com o desmatamento de praticamente quase toda a floresta existente na sua área de ocupação. **O prejuízo advindo da perda da floresta vai muito além do componente econômico. Para os guarani a floresta com seus campos naturais era "tudo o que contava", era tudo o que conheciam do mundo, era o seu mundo. Domesticar a floresta com seus perigos era a oportunidade que tinham os homens para desenvolver sua personalidade e para obter prestígio. A comunicação vital com os animais e com os espíritos da floresta permitia-lhes desenvolver sua rica vida espiritual.**”⁶² Ao contrário do que se poderia imaginar, isto não está irremediavelmente perdido, pois o exemplo acima descrito do jovem aprendiz de xamã, Zezinho, indica justamente o contrário. **O que ocorre, indiscutivelmente, é que cada vez mais, é raro, tornando-se vital que eles possam recuperar suas terras e que façam suas formas de manejo, além de outras que deveriam vir de organismos públicos.** (Destaques nossos).

Neste ponto, urge abrir um comentário sobre o trecho que Bahri reproduz. Nele, é visível uma argumentação que já questionamos no início desta parte IV, isto é, de que os Guarani se demonstrariam incapazes de elaborar sua reflexão e sua atuação a partir de suas condições atuais de vida, que são marcadas pela dizimação do mato e pela deterioração dos seus elementos. Ora, poder-se-ia, a partir do trecho acima, imediatamente imaginar que eles tivessem ficado perdidos face a essa nova realidade. A colocação dos verbos no tempo passado por Grünberg (na citação de Bahri) é indício de uma visão que desconsidera os Guarani como sujeitos atuais e atuantes, e que, na interação com os brancos, seguem no trabalho de construção constante de seu arcabouço conceptual, material e cosmológico (ou seja, seu arcabouço cultural), sempre com base nas condicionantes físicas e materiais com as quais se deparam no presente. Como já apontávamos justamente aqui no início, este processo dinâmico em momento algum deve ser descrito como perda, mas antes como uma constante elaboração cultural. A própria ecóloga (Bahri) destaca, através do exemplo do (jovem) aprendiz de xamã, a existência e a força atuais deste trabalho de elaboração cultural. Resta à nossa argumentação antropológica complementar que isto não se trata de exclusividade de Zezinho, mas expressa uma atitude de todo e qualquer indivíduo kaiowa atualmente vivente – e, aliás, de qualquer ser humano.

No que diz respeito já à observação da ecóloga de que “torna-se vital que os indígenas possam recuperar suas terras e que ali desenvolvam suas formas de manejo”, nos deteremos mais adiante. No momento, voltemos a acompanhar sua argumentação.

Se adotarmos uma perspectiva essencialmente ambiental, é notório que o desmatamento sem limites que aconteceu na região resultou na substituição do ambiente

⁶² Grünberg, F. 2002.

florestal por uma nova paisagem altamente antropizada que, sem dúvida, não pode manter as mesmas funções ecológicas que a vegetação original na região. A supressão da cobertura do solo em si é um fator de desequilíbrio ambiental já que com isso, alterações climáticas, físicas e ecológicas importantes são provocadas.

Com a retirada da cobertura vegetal nativa, o regime dos cursos de água também sofreu alteração. O volume da água diminuiu sensivelmente e algumas cabeceiras e minas de água secaram, impossibilitando a moradia de famílias onde elas costumavam viver. A fauna aquática obviamente também sofreu impacto e está nitidamente diminuindo na área, quando já não se extinguiu como constatado em vários cursos de água.

Um dos grandes impactos do desmatamento é a perda da biodiversidade, afetando diretamente o povo Guarani (...).

No Mato Grosso do Sul, e em particular na região do estudo, **a paisagem se apresenta hoje em um estado de fragmentação extrema que resulta na redução da área de vegetação original à pequenas manchas isoladas no meio de um horizonte de lavouras e pastagens. (...) Do ponto de vista ambiental, além de favorecer a perda de diversidade biológica, a fragmentação dos ecossistemas altera os processos ecológicos fundamentais para a o equilíbrio ecológico, a permanência dos ecossistemas e a reprodução das populações animais e vegetais. Os índios notam e lastimam a forte diminuição da presença da fauna silvestre.**

Outro aspecto ambiental sério que merece uma atenção específica na região, provém das práticas de uso de agrotóxicos, geralmente associada à agricultura, em particular as sojiculturas. Estes produtos químicos afetam diretamente a saúde da população, indígena ou não, e contribui para a poluição dos solos e da água.⁶³ (Destaques nossos).

Para além dos efeitos nocivos que o desenvolvimento de uma agricultura montada sobre o uso de produtos químicos em larga escala engendra para toda a população que por ela vem a ser afetada (seja indígena ou não indígena), sobre as suas constatações não resta muito a acrescentar em termos especificamente antropológicos, a não ser o fato de que estamos diante de uma concepção do modo de lidar com a terra, de cuidar dela, fazendo sair dela determinados produtos que absolutamente não se coaduna com aquela a que os Guarani dão vida. As técnicas agrícolas, bem como a concepção econômica e o modo de se relacionar com esta terra (vyv) e com os elementos nela presentes são bastante diversos, conforme pudemos vislumbrar de algum modo pelo já apresentado aqui na parte III, e que serão complementados adiante, na parte V.

Tornemos, então, ao estudo de Bahri.

7 – Conclusão : áreas imprescindíveis

Manejo indígena, perspectivas de reconstrução e preservação ambiental

Nas condições de vida atuais, sem acesso à terra e aos recursos naturais indispensáveis, os índios Guarani sem terra do sudoeste do Mato Grosso do Sul não tem a mínima chance de construir dignamente o seu futuro e sua simples sobrevivência está bem comprometida.

⁶³ MMA (1997).

As áreas propostas para a demarcação constituem parte dos antigos *Tekohas* dos Kaiowás. Suas atividades produtivas indispensáveis à sobrevivência física e cultural e de segurança alimentar, **dependem intrinsecamente das características ambientais desse território para que possam se exprimir**. Isto inclui suas dimensões espaciais, essenciais aos índios para seu desenvolvimento. **Uma otimização da distribuição das famílias e sua ocupação do espaço territorial, implicará num melhor aproveitamento dos recursos naturais, assegurando assim sustentabilidade, conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população indígena.** Contendo fragmentos e remanescentes da vegetação nativa, as áreas propostas permitirão embrionariamente a recomposição natural dos ambientes regionais, contribuindo assim com a conservação da fauna e da flora, protegendo recursos hídricos e aumentando a disponibilidade de novas áreas para coleta e caça. Tanto matas-ciliares como matas-galeria, fundamentais na conservação dos recursos hídricos e da fauna e flora, ficarão mais protegidas após a demarcação, e poderão recompor-se naturalmente, livres dos impactos da pecuária e da agricultura industrial.

Diversas razões os levam a reconstruir e trazer de volta ao ambiente domesticado, elementos da floresta original, suas espécies florestais pioneiras que, sendo plantas de rápido crescimento e grande capacidade de colonização, podem dar abrigo a uma lenta reconstrução da paisagem, expandindo em ilhas de vegetação. Mesmo se as Terras Indígenas não devem ser confundidas com a “Unidades de Conservação” *sensu stricto*, elas podem também cumprir um papel essencial na preservação dos ambientes naturais, verdadeiros refúgios da biodiversidade regional, biológicos, hidrológicos e culturais⁶⁴. Ademais, as terras indígenas mostram que elas têm um papel inibidor do desmatamento, e até, da propagação de fogos⁶⁵. (Destaques nossos).

Pois bem, a essas considerações da autora que acabamos de destacar nada teríamos a acrescentar, visto que temos um quadro delineado a partir de uma perspectiva que é específica da Ecologia. Como o percebemos, este quadro é bastante coerente em termos da articulação de fatores que podem conduzir a um melhor equacionamento das condições de vida dos kaiowa aqui em pauta (ou seja, os grupos macrofamiliares constituintes das comunidades políticas do *tekoha guasu* Iguatemipegua), uma vez que retornem aos espaços territoriais ora reivindicados.

Para fechar esta parte IV do presente relatório de identificação e delimitação, tomemos em conta um último excerto do estudo de Bahri.

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Alterações na superfície da paisagem podem provocar alterações em profundidade e afetar a disponibilidade e qualidade dos aquíferos brasileiros. Obviamente, isto depende do uso do solo que é feito nesta paisagem rural. As áreas de aquíferos no Brasil correspondem a aproximadamente 2.750.000 km², sendo cerca de 218.000 km² só no estado do Mato Grosso do Sul. As estimativas de antropização são de 1.430.000 km²

⁶⁴ Mello M. G., 2002.

⁶⁵ Nepstad et al., 2006.

(45%) para o Brasil e cerca de 200.000 km² no Mato Grosso do Sul. **A sobreposição entre as práticas agrícolas, principalmente a pecuária, e os aquíferos é de aproximadamente 80% da sua extensão, o que pode estar afetando diretamente a recarga e a qualidade da água aí existente. [...]**

No Mato Grosso do Sul, bordo da bacia do Paraná, o aquífero Guarani já dá mostras de rebaixamento do seu nível normal devido às alterações na superfície, principalmente o desmatamento, que historicamente influencia o nível de recarga dos aquíferos. (Destaque nosso).

Sobre este tópico, revelam-se bastante óbvios os malefícios e riscos para toda a população do estado de Mato Grosso do Sul – e, no acumular do tempo, para toda a população do país e mesmo de todo o planeta –, **mas é importante destacar que isto tem tido impactos imediatos e profundamente marcantes para os grupos Guarani do cone sul de Mato Grosso do Sul, em contextos incisivos e cada vez mais agudos.** As descrições e constatações de Bahri aqui indicam perdas de recursos (incluindo-se aí os recursos aquáticos) presentes no território, em decorrência de um uso que fez, em grande medida, escassear (até quase esgotar) esses recursos. Ocorre, contudo, **e isto é o de mais relevante aqui, que o território que está em questão é um território que é único, ou seja, não é intercambiável por nenhum outro.** A base deste imperativo para a vida das comunidades políticas kaiowa referidas neste estudo está evidenciado em tudo o que já foi dito até aqui, e, mais ainda, em princípios morais e religiosos de uma cosmologia que é construída fundamentalmente a partir da relação família (como grupo de pelo menos três gerações) / terra (entendida como o suporte que sustenta todos os grupos macrofamiliares kaiowa; em suma, todos os Kaiowa). O aprofundamento deste tópico será desenvolvido na Parte V, a seguir.

Outro aspecto a salientar aqui é que temos não apenas um, mas diversos exemplos, que são emblemáticos e que nos fornecem a constatação de que os conhecimentos dos indígenas sobre o ambiente em que vivem é extremamente rico, por um lado, e, por outro, que este conhecimento vem passando de uma geração a outra, com graves restrições, pelo fato de não existir mais o domínio sobre o território que justamente é o suporte das famílias kaiowa.

Neste ponto, é importante lembrar as observações de Barth (2000b) de que a cultura é distributiva. Isto porque embora todo indivíduo kaiowa saiba que a feitiçaria existe e que tem efeitos incontestáveis para as pessoas, o maior ou menor domínio sobre seus fundamentos varia enormemente dentro da população indígena. Os conhecimentos e habilidades são distribuídos desigualmente – sobre saber fazer e de fato fazer arcos e flechas, deter o conhecimento de rezas as mais variadas, para os mais variados propósitos e praticá-las, etc. É, contudo, o domínio dos conhecimentos pela totalidade do grupo que permite que cada grupo macrofamiliar kaiowa se

relacione com o território, a partir de determinados parâmetros de relacionamento com os seres do cosmo e de orientação no uso dos recursos presentes no espaço do *tekoha guasu* aqui em tela. Tal processo dinâmico é desenvolvido através de uma continuada circulação, percursos, deslocamentos pelos espaços de ocupação tradicional e histórica, não sendo esta realização histórica algo relegado ao passado, mas trata-se de uma história que é a que os Kaiowa atuais constroem, que é intrínseca e inexoravelmente relacionada com a presença dos brancos, mantendo, contudo, uma especificidade, que é dada pela sua organização social e pela organização social dos mais diversos materiais culturais à disposição desses grupos.

Em termos conclusivos, por tudo o que foi apresentado aqui, como uma forma de sumarização, o que deve ser ressaltado é que temos diante de nós dois pontos fundamentais e interrelacionados. O primeiro é a necessidade de garantia dos recursos para a reprodução física desses indígenas. Isto será, então, possível através de planos de manejo, tanto os que já vêm sendo feitos pelos indígenas, mas também daqueles a serem fomentados pelo Estado, através de seus órgãos competentes, repondo o déficit que se estabeleceu com os efeitos da colonização, para a sobrevivência das famílias nativas. O outro ponto relaciona-se ao que a Constituição Federal de 1988 qualifica, no artigo 231, como “reprodução cultural”, o que aqui se traduziria especificamente na manutenção e na reprodução dos conhecimentos técnicos, envolvendo a socialização das gerações mais novas, e visando a continuidade das atividades e das relações religiosas e cosmológicas desenvolvidas pelos grupos macrofamiliares kaiowa.

Com base no exposto nesta Parte IV, portanto, no que tange às áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural das famílias kaiowa conformantes da Terra Indígena Iguatemi, estas encontram-se na área compreendida pelos córregos Mandiy, Ypane e Siriguelo, pelo rio Mbarakay e por todas as demais nascentes e cursos d'água conexos que compõem a microbacia do rio Pytã (por sua vez, constituinte da bacia do rio Iguatemi).

PARTE V – REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Parte V – Reprodução Física e Cultural

Conforme os termos da Portaria 14/1996 do MJ, nesta presente parte serão apresentados os seguintes elementos: a) dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo; b) descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc., explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto; c) identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim.

5.1 - Dados sobre recuperação populacional

Iniciando esta parte do relatório, tomemos em consideração os dados populacionais referentes aos kaiowa em Mato Grosso do Sul. É importante de imediato ter em vista determinadas flutuações que afetam esses dados, tornando difícil uma aferição precisa. Dentre as causas destas flutuações estão principalmente os deslocamentos que são feitos pelos indivíduos, a partir da lógica do *oguata* (ou seja, “andança” [pelo território]) – como foi já visto de algum modo nas partes II, III e IV. **Tornamos a frisar que estes movimentos não são feitos a esmo, sem um propósito e uma meta que forneçam uma orientação e um sentido ao deslocamento.** Nesses termos, percebe-se o quanto é equivocada a noção de “nomadismo”, que supostamente caracterizaria estes indígenas, sendo extremamente corrente entre os não indígenas regionais, e mesmo entre agentes indigenistas. Uma noção correlata à de nomadismo é a de “migração”. Ora, migrar se refere ao deslocamento de um lugar que é conhecido do agente para um lugar estrangeiro, estranho, **o que evidentemente não é o caso aqui em pauta.** Tampouco se pode dizer que quando as pessoas se deslocam, mesmo permanecendo fora um período, elas estão necessariamente de mudança em termos definitivos. De fato, os deslocamentos se dão no âmbito de uma rede de parentesco e alianças. **Em geral, como foi dito, as pessoas permanecem um período na casa do parente visitado, período este em que os laços afetivos e sociais são reavivados, de modo que a cooperação e reciprocidade entre esses parentes são atualizadas e reforçadas, segundo os padrões morais que preconizam a coesão dos integrantes de um grupo familiar.** Detalhes sobre este item, os teremos mais adiante; no momento, porém, é de se

ressaltar que, ao procederem assim as pessoas, as aferições e censos realizados sobre elas acabam refletindo tais oscilações de presença em um local.

Já no que se refere a taxas de natalidade e de mortalidade, a atuação da então Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), nos últimos tempos vem indubitavelmente constituindo um fator importante de ser considerado. Por sua organização de atendimento de base bastante capilar, atendendo nas terras indígenas, mas também em agrupamentos estabelecidos em beiras de estrada e por vezes mesmo em acampamentos – formados para fins de retorno aos *tekoha*⁶⁶ –, a FUNASA vem promovendo uma melhora na saúde, com isto produzindo uma redução de óbitos por doenças, bem como um aumento da expectativa de vida desses grupos.

Assim sendo é que, neste item, tomamos como base o relatório de Cesar Guimarães, técnico da FUNASA⁶⁷, realizado em julho de 2010. Nele, o autor informa que, para medir o crescimento demográfico, utilizou “a taxa média geométrica de crescimento anual, utilizada pelo IBGE”. É importante, portanto, ressaltar que estas não se tratam de taxas específicas e exclusivamente referentes às famílias indígenas. A trabalhar apenas a partir de nossas observações empíricas nas terras indígenas e acampamentos⁶⁸, é-nos possível avançar a estimativa de uma média de três filhos por cada casal.

Guimarães esclarece ainda que:

Foram considerados no cálculo os anos de 2007 (inicial) e o de 2010 (final), pelo fato de melhor consistência de dados e disponibilidade de desagregação por etnia e município, figura 1. Para a análise foi considerado que a população de 2010 é resultado de um processo de ajuste de qualidade no banco de dados com redução de duplicidades e inconsistências.

As taxas de crescimento populacional mostraram aumento em quase todos os municípios. [...] O modelo empregado possibilitou a projeção destes três anos, sendo que para estes resultados, principalmente os extremos, há necessidade de ajuste com as taxa das populações entre 2010 e 2011.

Neste sentido é que ele apresenta a tabela que reproduzimos abaixo – com dados referentes aos municípios que estão na abrangência do *tekoha guasu* Iguatemipegua e que contam com pólos de atendimento da então FUNASA.

⁶⁶ Justamente por este tipo de atendimento prestado, os dados da FUNASA apresentam mais precisão em relação aos da FUNAI – que realiza o registro do nascimento das pessoas. Seus agentes realizam um controle, a partir da numeração das residências e do registro individualizado de seus moradores, num melhor cadastramento da população atendida. Ademais, desde o início de sua relativamente recente atuação, a FUNASA conta com um banco de dados, enquanto que a FUNAI apenas recentemente passou a implantar tal sistema.

⁶⁷ Cesar Dantas Guimarães, COMOA/DESAI/FUNASA.

⁶⁸ Em um investimento de estudos iniciado no ano de 2000 pela antropóloga coordenadora deste GT.

Figura 1 – Coeficiente de crescimento da população indígena Guarani, Guarani-Kaiowa e Kaiowa por município solicitado do MS, período 2007 e 2010 e projeções.

MUNICÍPIO DA ALDEIA	2007	2010	Coeficiente Crescimento Populacional	Projeção		
				2011	2012	2013
AMAMBAÍ	6714	8.631	6,48%	9.190	9.786	10.420
ARAL MOREIRA	398	481	4,85%	504	529	554
CORONEL SAPUCAIA	2810	2.842	0,28%	2.850	2.858	2.866
TACURU - MS	3040	3.214	1,40%	3.259	3.305	3.351
PARANHOS - MS	3813	4.309	3,10%	4.443	4.581	4.723
Total	16.775	19.477		20.246	21.059	21.914

Fonte: SIASI / FUNASA / MS.

No referente agora especificamente a taxas de mortalidade por ele aferidas, o técnico da FUNASA novamente apresenta uma tabela (abaixo), e faz algumas ressalvas, colocadas do seguinte modo:

Como tratamos aqui de populações pequenas, a taxa bruta de mortalidade mostra variações muito grandes pelo fato do grande peso que um óbito tem nesta taxa. **Foi encontrada tendência de redução de óbitos em alguns municípios, apesar do período reduzido utilizado, o que se mostra positivo diante do crescimento populacional,** figura 3. Nos municípios com aumento da taxa, o quantitativo de óbitos deve ser levado em conta, além da natalidade e crescimento populacional para melhor análise (destaque nosso).

Figura 3 – Taxas brutas de Mortalidade de 2008 e 2009, da população indígena Guarani, Guarani-Kaiowa e Kaiowa por município do Mato Grosso do Sul.

MUNICÍPIO DA ALDEIA	Tx Bruta de Mortalidade		Diferença %	Diferença n
	2008	2009		
AMAMBAÍ – MS	10	8,18	-15%	-10
ARAL MOREIRA – MS		8,89		4
CORONEL SAPUCAIA - MS	10	10,65	7%	3
TACURU – MS	9	6,66	-22%	-6
PARANHOS – MS	6	5,74	-7%	-1

Fonte: SIASI / FUNASA / MS.

Ocorre que em relação a essas taxas de mortalidade, um fato é extremamente relevante de ser considerado. Como foi já dito na parte II, a taxa por homicídio entre estes indígenas apresenta a proporção de 90% ocorrendo de modo intraétnico, indicando que os efeitos da superpopulação, nas poucas terras efetivamente em posse das famílias, fazem com que integrantes de famílias adversárias entre si, estejam se matando, ao não disporem de espaço físico como recurso para distensionar os conflitos.

Retornando a Guimarães, vemos as seguintes constatações:

As taxas de natalidade para o período de 2007 a 2009 mostraram redução, na comparação entre o período inicial e final, figura 2. Apesar deste evento, este resultado corrobora com o aumento populacional, já que as taxas de natalidade mostram-se altas, denotando crescimento populacional.

Em termos conclusivos, ele afirma:

Quanto aos fatores de influência no crescimento, podemos inferir que as altas taxas de fecundidade; as taxas de mortalidade não tão expansivas; além da migração que encontra fatores atrativos como a melhoria na atenção à saúde, melhorias sócio-ambientais incluindo saneamento ou terras indígena. Vale destacar que os Guarani têm o nomadismo também como uma característica cultural.

Nessa relação de fatores, o autor chama a atenção para altas taxas de fecundidade, em um contraste positivo em relação às taxas de mortalidade. Contudo, o fator “migração”, a que faz referência, e que, como se vê, está relacionado à ideia de “nomadismo” (que é por ele tido como característico dos grupos guarani), nos remetem às observações feitas por nós aqui logo no início.

Por fim, se pode deduzir que, ao referir-se a “terras indígenas”, o autor faz referência a espaços territoriais que são definidos como terras indígenas (ou seja, espaços demarcados, de ocupação exclusiva indígena), como um fator que influencia positivamente o crescimento e a recuperação populacional. Neste ponto, devemos destacar que a conquista de um espaço territorial (seja enquanto um objetivo prévio, seja como resultado de iniciativas indígenas) age como fator de atratividade da população como um todo que a ele faz referência. Em outras palavras, a ocupação de espaços tem sempre como efeito a condensação dos integrantes da sua comunidade (no sentido de um grupo coeso) de referência, que deixam os locais onde se encontrem – que não são tidos como de seu pertencimento, mas antes de morada transitória – e dirigem-se para o lugar. Tem-se, como se vê, uma situação de possibilidade de religação entre o espaço territorial e sua comunidade. Ocorre que, assim, é provocado um adensamento

populacional muito rápido, mas isto quase sempre em espaços muito restritos – pois, na grande maioria das vezes, não se trata da ocupação e do domínio da totalidade de um território que vem a ser delimitado e definido oficialmente como uma “terra indígena”; diversamente, trata-se apenas de um fragmento desta unidade territorial. Com efeito, os processos judiciais estabelecidos para contestar o reconhecimento oficial de uma “terra indígena” (seguindo todos os trâmites legais) têm tido como corolário um retardamento enorme dos tempos necessários para a efetiva ocupação indígena de terras *identificadas e delimitadas*. Escusado é observar que mesmo terras já homologadas por presidentes da República ainda se encontram judicialmente indisponíveis aos indígenas.

Quanto à conformação das referidas comunidades que vêm a ocupar esses espaços, é fundamental ressaltar que elas são integradas legitimamente por todas as pessoas interligadas por laços de parentesco (consanguíneo e afim), não importando se elas se encontram de um lado ou do outro da fronteira que demarca os territórios dos estados-nacionais Brasil e Paraguai. A lógica imperante aqui é a de dar vida e fortalecer os laços, e, portanto a coesão, que conectam toda a comunidade do *tekoha* em questão, para o retorno a seus espaços. O fato é que, a expectativa de reocupação dos espaços perdidos, tem como efeito a condensação das pessoas. Porém, é de se lembrar que, a conformação das comunidades guarani (kaiowa e ñandéva) apresenta um padrão numérico – definido ao longo do tempo e chegando até os dias de hoje –, que gira em torno às duzentas, trezentas pessoas, em média – e não a milhares de pessoas, conforme já referido no item 1.5. Hoje, todas as Terras Indígenas apresentam uma população em muito superior a esta média, dado este que indica claramente a coexistência, nessas terras, de mais de uma comunidade política, sendo que apenas uma é originária – isto, para o caso das terras definidas em consequência das reivindicações indígenas, a partir dos anos 1990, e não no caso das reservas definidas ainda pelo SPI⁶⁹. As condições efetivas de ocupação dos espaços readquiridos pelos indígenas, que têm se apresentado até o momento, indicam que apenas o decorrer do tempo, com a efetiva demarcação e desocupação dos habitantes não indígenas, é que permitirão a realização de ajustes, até que se efetive um equilíbrio espaço/população, com esta última vindo a encontrar um ponto de estabilidade numérica – a qual que será afetada apenas pelo crescimento vegetativo (na relação natalidade/ mortalidade).

Os dados apresentados a seguir permitem ilustrar melhor a recuperação populacional ao longo do tempo, e justamente por isso, vêm, em grande medida, a corroborar esta dinâmica que

⁶⁹ Como se viu, no caso das áreas definidas pelo SPI, estas serviram de receptáculo para todas as comunidades expulsas de suas terras até os anos 1980, sendo as únicas alternativas possíveis para estas comunidades.

acabamos de descrever. Eles são relativos àquelas Terras Indígenas que estão dentro do raio de abrangência do “Iguatemipegua”, uma vez que a população originária dos espaços deste *tekoha guasu* encontra-se hoje justamente distribuída nas T.I.s Amambai, Limão Verde, Taquapery, Paraguassu (ou Yvykuarusu/Takuaraty), Arroio Corá, Sete Cerros, Jaguapiré e Sassoró.

Em termos efetivos, a população total da T.I Iguatemipegua I é estimada em 1.793 pessoas (2008). Cabe ressaltar que este número é resultado da consideração dos diagramas de parentesco levantados em campo. Vários fatores foram responsáveis pela impossibilidade de acessar à totalidade das pessoas pertencentes a cada um desses *tekoha*. Com efeito, um desses fatores foi a grande dispersão dos grupos macrofamiliares dos *tekoha* Mbarakay e Pyelito, resultante das diversas fases de expropriação por estes sofridas. Com isto, muitas pessoas não tinham precisão sobre onde se encontram alguns parentes seus, o que impossibilitava tanto o acesso a essas últimas, quanto os dados sobre o seu número de descendentes. Nesses termos, lançou-se mão do recurso a uma média de 03 (três) filhos por casal, média esta que se revela modesta ao se vislumbar o quadro geral dos diagramas coletados. Optou-se, assim, por um dado mais parcimonioso, embora possivelmente subestimado. É de se lembrar também o fato – analisado na Parte II – de que os diagramas revelam laços entre as pessoas com base no parentesco, o que vem a conformar propriamente comunidades (de caráter sociopolítico), unidades de base sociológica. Em decorrência destes laços é que se constitui o direito de cada indivíduo a ter acesso à terra. A FUNAI, por seu turno, dispõe de dados que provêm da entrega de cestas básicas às famílias em terras indígenas e acampamentos, apresentando, portanto, dados bastante distintos dos coligidos por nós. Seguem, logo abaixo, os dados por nós coligidos bem como tabela da Coordenação Regional da Funai em Ponta Porã.

A encerrar este item, teremos uma tabela feita novamente por Guimarães, com dados populacionais por Terra Indígena entre 2005 e 2010, mas trazendo uma projeção de três anos mais.

Mbarakay – N° de Pessoas por diagrama de parentesco

NOME	N° PESSOAS
Aparício Benites	176
Bertulino Martins	125
Pedro “Bringo” Rodrigues	196
Aristides Gonçalves	72
Leandro Martins	42
Valdir Martins	161

TOTAL: 772 pessoas

Pvelito – N° de Pessoas por diagrama de parentesco

NOME	N° PESSOAS
Francisco S. Lopes /Mbopi	70
Maria Lopes	45
Ambrósio G. Martins	209
Aníbal Riquelme	186
Epifânio Lopes	109
Valentim Montiel	206
Emílio Penalho	84
Isidora Ramires	35
Liberato Ramires	77

TOTAL: 1.021 pessoas

Total Geral: 1.793 pessoas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÁ-MS

AÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS - DADOS REF. JUNHO/JULHO DE 2012

CTL - Coordenações Técnicas Locais	Terra Indígena	Etnia	Número de indígenas cadastrados	Número de Grupos Famíliares / Unidades Domésticas	Município	UF
Amambai	Acampamento Guaiviry	Guarani / Kaiowá	239	72	Amambai	MS
Amambai	Acampamento Kaajary	Guarani / Kaiowá	307	46	Amambai	MS
Amambai	Acampamento M'barakay	Guarani / Kaiowá	90	18	Amambai	MS
Amambai	Acampamento Samakuã	Guarani / Kaiowá	65	11	Amambai	MS
Amambai	Aldeia Amambai	Guarani / Kaiowá	10.073	1.746	Amambai	MS
Amambai	Aldeia Jaguary	Guarani / Kaiowá	348	83	Amambai	MS
Amambai	Aldeia Limão Verde	Guarani / Kaiowá	1.552	313	Amambai	MS
Amambai	Aldeia Guassuty	Guarani / Kaiowá	488	150	Aral Moreira	MS
Amambai	Acampamento Kurussu Ambá	Guarani / Kaiowá	310	63	Coronel Sapucaia	MS
Amambai	Aldeia Takuapery	Guarani / Kaiowá	3.861	654	Coronel Sapucaia	MS
Antônio João	Aldeia Campestre	Guarani / Kaiowá	495	166	Antônio João	MS
Antônio João	Aldeia Nãnde Ru Marangatu	Guarani / Kaiowá	520	123	Antônio João	MS
Antônio João	Aldeia Pirakuá	Guarani / Kaiowá	307	70	Bela Vista	MS
Antônio João	Acampamento Urucuty	Guarani / Kaiowá	97	18	Laguna Carapã	MS
Antônio João	Aldeia Guaimbé	Guarani / Kaiowá	475	95	Laguna Carapã	MS

[Assinatura]

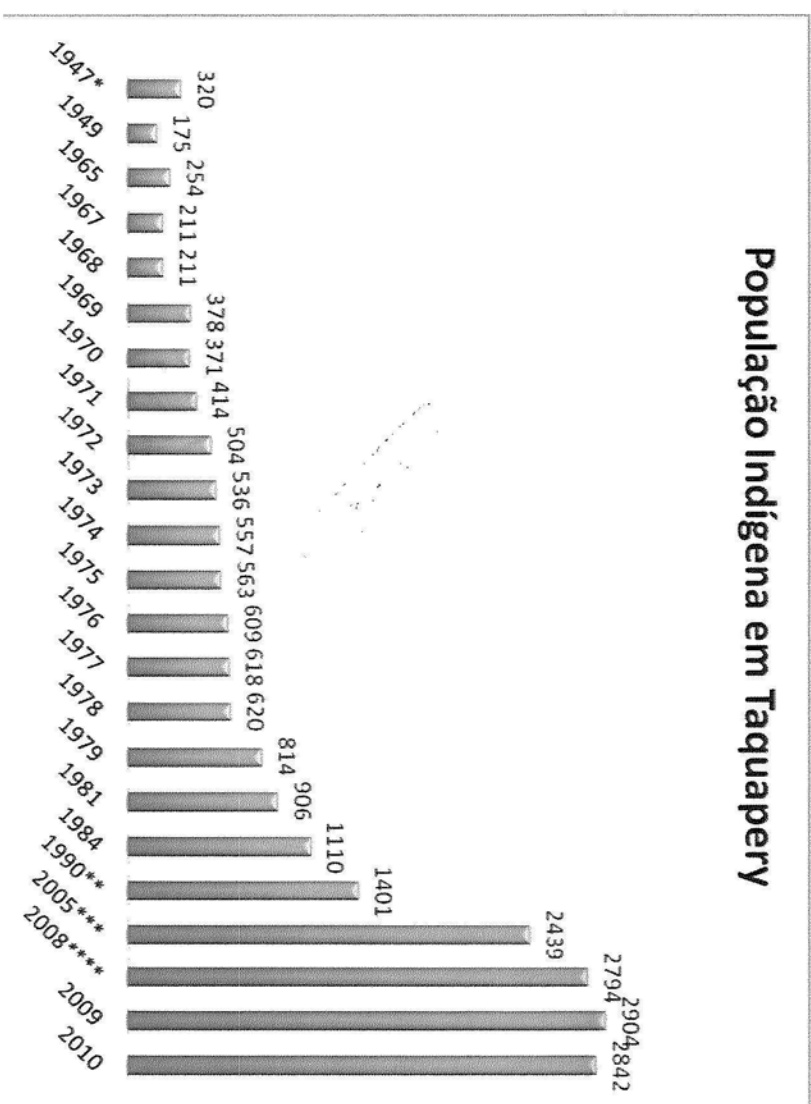
Antônio João	Aldeia Rancho Jacaré	Guarani / Kaiowá	435	100	Laguna Carapã	MS
Antônio João	Aldeia Jatayvary	Guarani / Kaiowá	230	70	Ponta Porã	MS
Antônio João	Aldeia Kokuei	Guarani / Kaiowá	150	37	Ponta Porã	MS
Iguatemi	Aldeia Cerrito	Guarani / Kaiowá	428	120	Eldorado	MS
Iguatemi	Acampamento Remanso Guacu	Guarani / Kaiowá	225	42	Japorã	MS
Iguatemi	Acampamento Yvy Katu	Guarani / Kaiowá	314	66	Japorã	MS
Iguatemi	Aldeia Porto Lindo	Guarani / Kaiowá	4.796	789	Japorã	MS
Iguatemi	Acampamento Sombreflito	Guarani / Kaiowá	189	71	Sete Quedas	MS
Paranhos	Acampamento Y'poi	Guarani / Kaiowá	180	77	Paranhos	MS
Paranhos	Aldeia Arroyo Korã	Guarani / Kaiowá	469	112	Paranhos	MS
Paranhos	Aldeia Paraguassu	Guarani / Kaiowá	594	137	Paranhos	MS
Paranhos	Aldeia Pirajui	Guarani / Kaiowá	1.928	405	Paranhos	MS
Paranhos	Aldeia Potrero Guassu	Guarani / Kaiowá	643	158	Paranhos	MS
Paranhos	Aldeia Sete Cerros	Guarani / Kaiowá	472	91	Paranhos	MS
Tacuru	Acampamento Pueillo Kue	Guarani / Kaiowá	160*	40	Iguatemi	MS
Tacuru	Aldeia Jaguapiré	Guarani / Kaiowá	1.089	215	Tacuru	MS
Tacuru	Aldeia Sessoró	Guarani / Kaiowá	2.229	479	Tacuru	MS
TOTAL			33.598	6637		

* Número estimado, pois ainda não foi possível realizar cadastro individual.

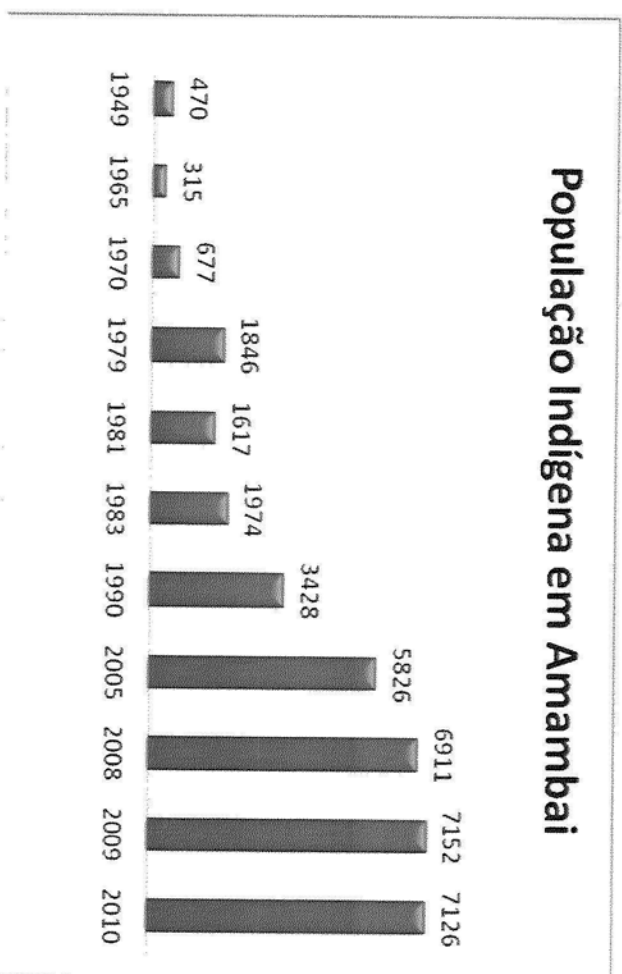

Sílvia Raimundo da Silva
Coordenador Regional de Ponta Porã-MS

Dados populacionais (Fonte: Funasa 2008, Thomaz de Almeida 1991, Brand 1997, Barbosa da Silva 2007).

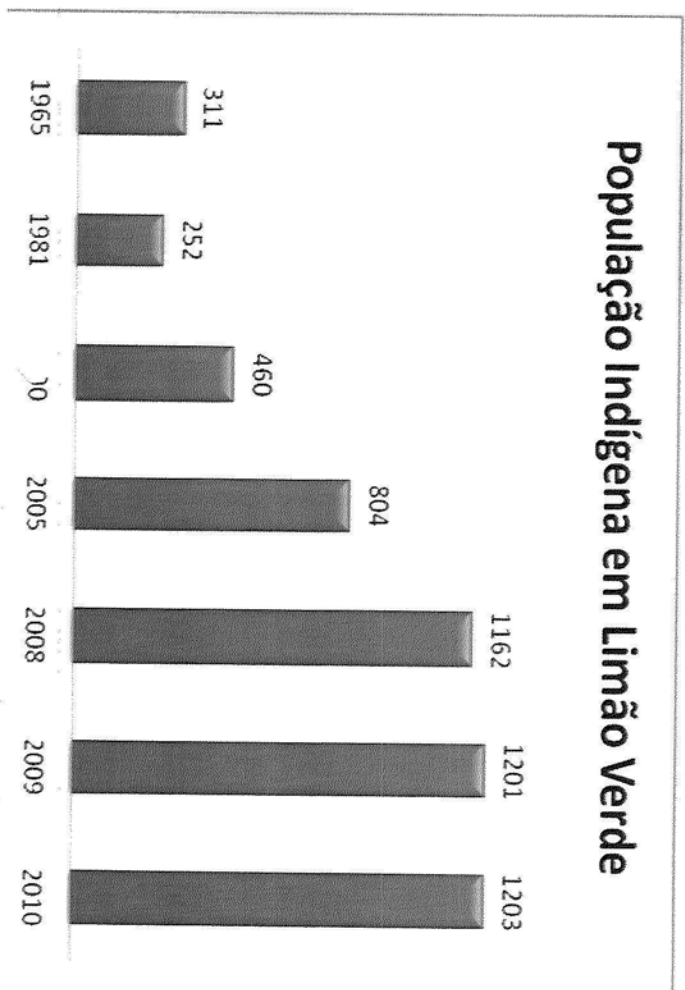
Ano	População em Taquapery (mun. Cel. Sapucaia)
1947*	320
1949	175
1965	254
1967	211
1968	211
1969	378
1970	371
1971	414
1972	504
1973	536
1974	557
1975	563
1976	609
1977	618
1978	620
1979	814
1981	906
1984	1110
1990**	1401
2005***	2439
2008****	2794
2009	2904
2010	2842



Ano	População Indígena em Amambai (mun. Amambai)
1949	470
1965	315
1970	677
1979	1846
1981	1617
1983	1974
1990	3428
2005	5826
2008	6911
2009	7152
2010	7126



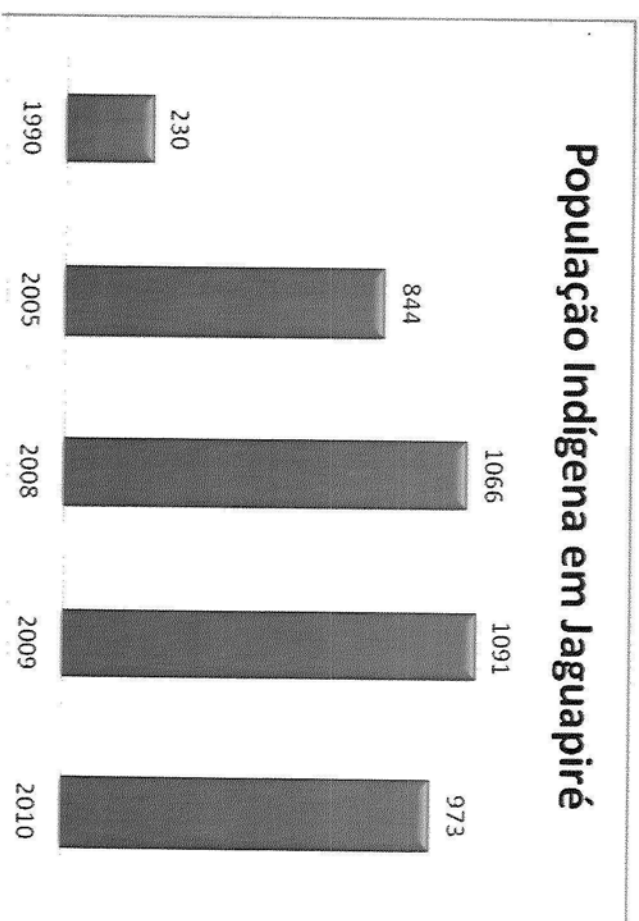
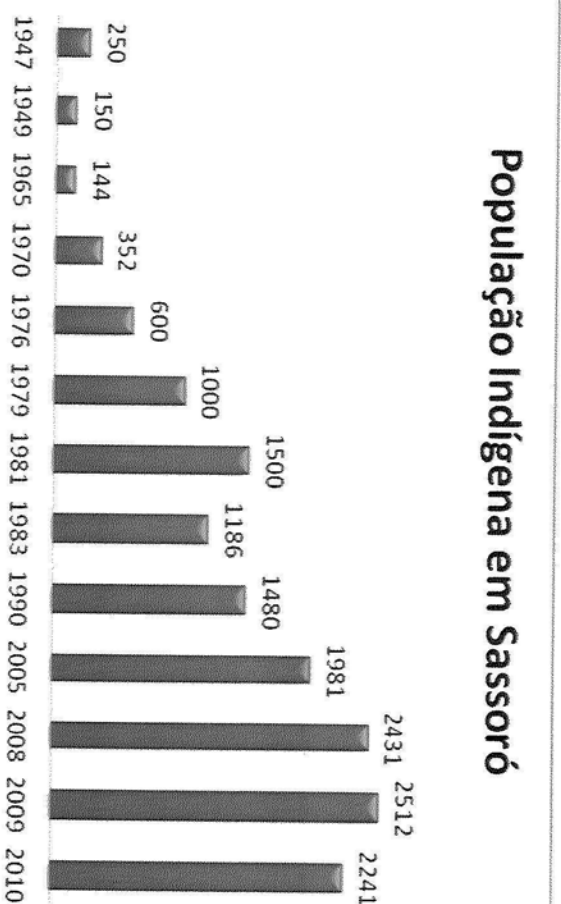
Ano	População Indígena em Limão Verde (mun. Amambai)
1965	311
1981	252
1990	460
2005	804
2008	1162
2009	1201
2010	1203



Handwritten signature

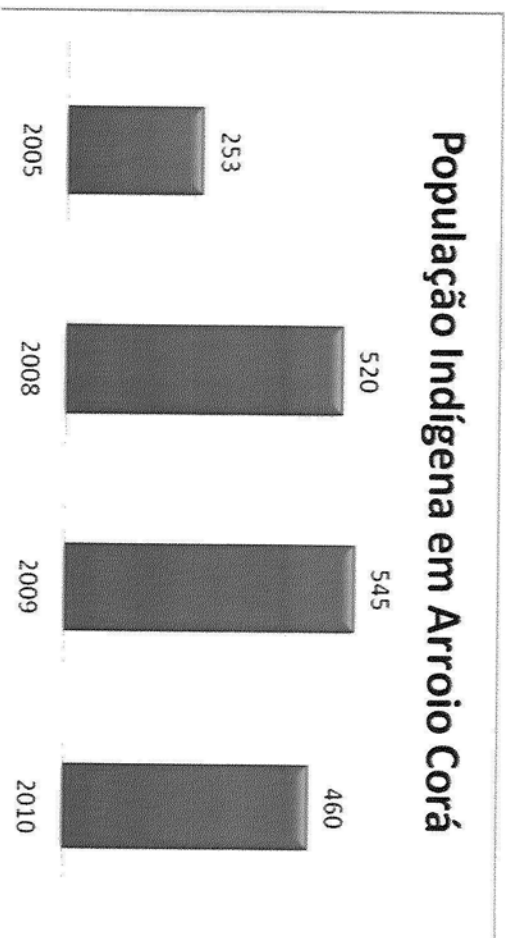
Ano	População Indígena em Sassoró (mun. Tacuru)
1947	250
1949	150
1965	144
1970	352
1976	600
1979	1000
1981	1500
1983	1186
1990	1480
2005	1981
2008	2431
2009	2512
2010	2241

Ano	População Indígena em Jaguapiré (mun. Tacuru)
1990	230
2005	844
2008	1066
2009	1091
2010	973

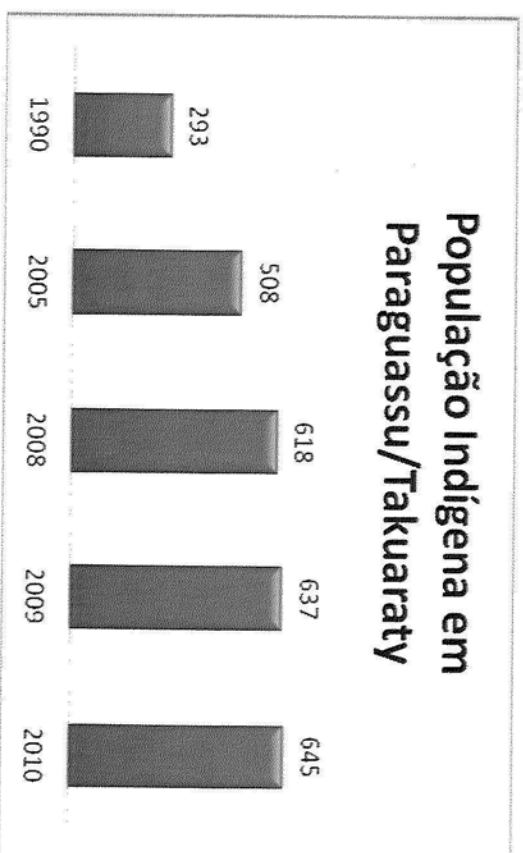


[Handwritten signature]

Ano	População Arroio Corá (mun. Paranhos)	Indígena em
2005	253	
2008	520	
2009	545	
2010	460	

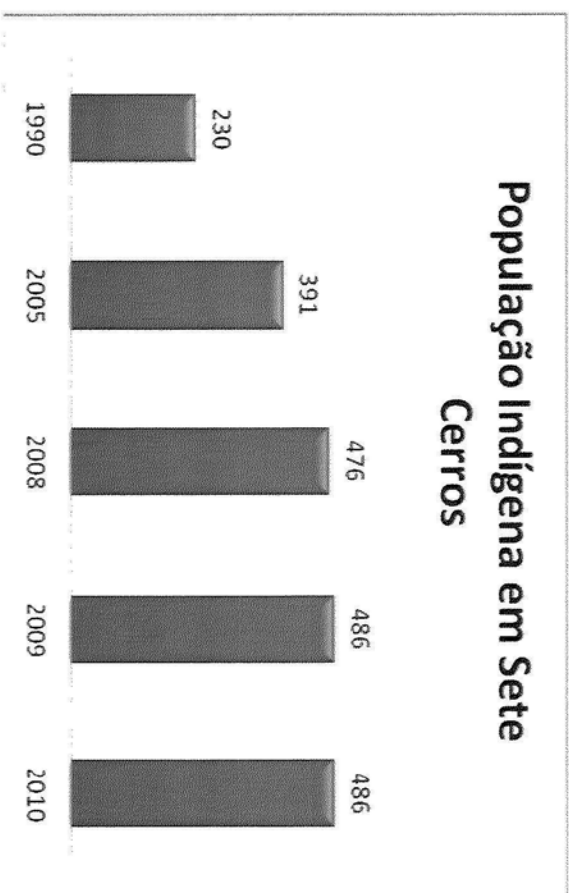


Ano	População Paraguassu (Yvykuarusu/Takuaraty) (mun. Paranhos)	Indígena em
1990	293	
2005	508	
2008	618	
2009	637	
2010	645	



(Handwritten signature)

Ano	População Sete Paranhos)	Indígena Serros (mun. em
1990	230	
2005	391	
2008	476	
2009	486	
2010	486	



Fonte:

Dos anos de 1949 a 1983 - Thomas de Almeida, 1991: 47

Do ano de 1990 - Brand, 1997: 108

Do ano de 2005 - Silva, 2007: 102

Dos anos de 2008 a 2010.
<http://www.funasa.gov.br/internet/desai/sistemaSiasiDemografiaIndigena.asp>

FUNASA,

Nome	Municípios	Grupos	População 2005*	Pop. 2010	Coeficiente Crescimento Populacional	Projeção		
						2011	2012	2013
Arroyo Kora	Paranhos	Kaiowa	253	460	10,48%	508	561	620
Sete Cerros	Paranhos	Kaiowa, Ñandéva	391	486	3,69%	504	523	542
Jaguapire	Tacuru	Kaiowa	844	973	2,40%	996	1.020	1.045
Limão Verde	Amambai	Kaiowa	804	1203	6,95%	1.287	1.376	1.472
Sassoro	Tacuru	Kaiowa	1.981	2241	2,08%	2.288	2.335	2.384
Takuapiry	Coronel Sapucaia	Kaiowa	2.439	2842	2,58%	2.915	2.991	3.068
Amambai	Amambai	Kaiowa	5.826	7112	3,38%	7.352	7.601	7.858
Paraguassu (Pop 2007/2010)	Paranhos	Kaiowa	550	645	4,06%	671	698	727
Total			13.088	15.962	5,09%	16.774	17.628	18.525

* A população inicial de Paraguassu é referente ao ano de 2007 e não 2005.

OBS - A fonte de dados de 2005 foi leitura realizada no SIASI, provida pela antropóloga que solicitou os dados, Alexandra Silva.